

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

***IN DUBIO PRO SOCIETATE* NA DECISÃO DE PRONÚNCIA**

ADRIENNY DA SILVA BALBINO

Rio de Janeiro

2020

ADRIENNY DA SILVA BALBINO

IN DUBIO PRO SOCIETATE NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação do **Professor Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro.**

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

BB172i BALBINO, Adrienny da Silva
 In dubio pro societate na decisão de pronúncia /
Adrienny da Silva BALBINO. -- Rio de Janeiro, 2020.
 73 f.

 Orientador: Antonio Eduardo Ramires SANTORO.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

 1. In dubio pro societate . 2. Pronúncia. 3.
Tribunal do júri. 4. Presunção de inocência. 5.
Prova. I. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires, orient.
II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

ADRIENNY DA SILVA BALBINO

IN DUBIO PRO SOCIETATE NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de bacharel em Direito, sob orientação do **Professor Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro.**

Data da aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Orientador: Professor Dr. Antonio Eduardo Ramires Santoro

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marlon e Rosimere, pelo suporte e afeto dados para que eu conseguisse ingressar, cursar e me formar em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

À minha irmã, Adrielly, pela paciência e carinho nos dias fáceis e difíceis.

À minha avó, Cléia, pelo cuidado de sempre e pelas orações.

Ao meu avô, Valter (*in memoriam*), por tantas vezes me esperar chegar da faculdade e do estágio tarde da noite para então descansar.

À minha prima, Kethelyn, por trazer seu humor e encanto para os meus dias mais cinzas.

Ao meu namorado, Diego, por todo o apoio e companheirismo.

Aos amigos da graduação, que tornaram todos os desafios mais leves e compartilharam comigo os medos e as conquistas do amadurecimento.

Aos demais amigos, que me proporcionaram momentos tão felizes nos intervalos das rotinas desgastantes.

À minha família, que orou por mim durante toda a graduação.

Ao meu orientador, Antonio Eduardo Ramires Santoro, pelo corajoso posicionamento diante das incongruências do Brasil desigual.

RESUMO

O *in dubio pro societate* é um brocardo invocado pelos juízes togados no *judicium accusationis* do tribunal do júri para pronunciamento do acusado ao julgamento em plenário quando houver dúvida razoável acerca do convencimento da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria e participação. Decide-se em favor da sociedade, nos casos de dúvida, em detrimento da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*. O *in dubio pro societate* é um tema que merece maior debate na academia e no Poder Judiciário brasileiro, uma vez que, embora consolidado em doutrina e jurisprudência, confronta premissas do sistema penal acusatório e milita em desfavor da liberdade como regra. Desse modo, o objetivo desse trabalho é analisar o *in dubio pro societate*, para verificar: (i) se é compatível com o papel a ser desempenhado pela decisão de pronúncia no procedimento do júri e no processo penal constitucional; (ii) se é um critério válido e legítimo para dirimir a questão da dúvida no âmbito da pronúncia; (iii) se existe um *standard* probatório mínimo capaz de afastar a sua aplicação pelo juiz da pronúncia.

Palavras-chave: *In dubio pro societate*; Pronúncia; Tribunal do júri; Presunção de inocência; Prova; *Standard*.

ABSTRACT

The *in dubio pro societate* is a rule invoked by the judges in the *judicium accusationis* of the jury court to indict the accused to the trial in plenary when there is reasonable doubt about the convincing the materiality of the fact and the existence of sufficient evidences of authorship and participation. In cases of doubt, it is decided in favor of society, to the detriment of the presumption of innocence and *in dubio pro reo*. The *in dubio pro societate* is a topic that deserves greater debate in academy and in the Brazilian Judiciary, since, although consolidated in doctrine and jurisprudence, it confronts the premises of the accusatory criminal system and militates against freedom as a rule. Therefore, the work's objective is analyzing the *in dubio pro societate*, to verify: (i) if it is compatible with the role to be played by the indictment in the jury and the constitutional criminal process; (ii) if it is a valid and legitimate criterion to resolve the doubt in the indictment; (iii) if there is a minimum evidentiary standard capable to eliminate its application by the judge in the *judicium accusationis*.

Keywords: *In dubio pro societate*; Indictment; Jury; Presumption of innocence; Evidence; Standard.

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
CPP	Código de Processo Penal
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DDHC	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
DUDH	Declaração Universal de Direitos Humanos
Min.	Ministro
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
TJ-CE	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	11
1.1 Tribunal do júri.....	11
1.1.1 Breve histórico da instituição do júri ao longo das legislações brasileiras.....	12
1.1.2 Primeira fase do procedimento do júri.....	16
1.2 Pronúncia.....	21
1.2.1 Natureza da pronúncia.....	22
1.2.2 Função da pronúncia.....	24
1.2.3 Pronúncia e impronúncia.....	27
1.2.4 Fundamentação da decisão de pronúncia.....	30
2. O PROBLEMA DA DÚVIDA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA.....	37
2.1 <i>In dubio pro reo e in dubio pro societate</i>	37
2.2 <i>In dubio pro societate</i>	41
2.3 Presunção de inocência.....	44
2.4 (In)Convencionalidade, (in)constitucionalidade e (i)legalidade do <i>In dubio pro societate</i>	49
3. VALORAÇÃO DA PROVA NA PRONÚNCIA.....	53
3.1 Materialidade.....	53
3.2 Autoria.....	54
3.3 Qualificadoras.....	55
3.4 <i>Standard</i> probatório para pronunciamento ao júri.....	55
3.5 O precedente do Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.067.392/CE.....	61
CONCLUSÃO.....	65
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

O julgamento dos crimes dolosos contra a vida é cercado de controvérsias doutrinárias, mitos e polêmicas. A pronúncia encerra a primeira fase do procedimento do júri com a confirmação do acolhimento provisório da tese acusatória pelo juiz togado para que, na segunda fase, o conselho de sentença formado por populares possa julgar o mérito da causa. Conforme a jurisprudência consolidada pelos tribunais superiores brasileiros, a decisão pode ser tomada com base no *in dubio pro societate*.

Note-se que, à medida que o pronunciamento do acusado ao tribunal do júri é feito com base em um brocardo (*in dubio pro societate*), ocorre um enfraquecimento da fundamentação da decisão de pronúncia, cujo objetivo é filtrar do julgamento pelo conselho de sentença as causas infundadas. Diz-se pela própria tradução que o *in dubio pro societate* busca prestigiar a vontade da sociedade, embora esta seja alvo da proteção contra as arbitrariedades do Estado (na figura do Poder Judiciário) pelo seu suposto antagônico, o *in dubio pro reo*.

A acusação de um crime doloso contra a vida expõe o indivíduo a estigmas no âmbito social e jurídico. Aproximar uma pessoa de uma sentença penal condenatória é uma tarefa que deve ser exercida com extrema responsabilidade.

O processo penal regido pela Carta Magna não se sujeita, nem se rebaixa à arbitrariedade, ao ranço inquisitório e aos excessos punitivos. Por esse motivo, o marco adotado para o trabalho é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nesse sentido, o presente trabalho visa avaliar se o *in dubio pro societate* é congruente com o ordenamento jurídico brasileiro e, portanto, aplicável à decisão de pronúncia.

Para tanto, em um primeiro momento, buscar-se-á contextualizar a decisão de pronúncia na primeira fase do procedimento dos crimes dolosos contra a vida, percorrendo um pequeno histórico da legislação pátria que tratou de prever o tribunal do júri para, em seguida, desenvolver sobre a natureza e a função da pronúncia, bem como as semelhanças e diferenças em relação a impronúncia e a fundamentação necessária para o pronunciamento.

No segundo capítulo, o problema da dúvida na decisão de pronúncia será demonstrado pela abordagem do *in dubio pro societate* como regra de julgamento adotada pela jurisprudência, em paralelo (ou contraste) ao *in dubio pro reo* e a presunção de inocência. O capítulo se encerra com o questionamento acerca da legalidade, constitucionalidade e convencionalidade do *in dubio pro societate*.

Por fim, tratar-se-á da valoração racional da prova na pronúncia, tendo requisito legal do convencimento da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria e participação. Para isso, o dever de motivação da decisão judicial será o parâmetro para o estabelecimento de *standards* probatórios na decisão de pronúncia.

1. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI

1.1 Tribunal do júri

Definido pela doutrina tradicional como uma das instituições mais democráticas do Estado brasileiro, o tribunal do júri está previsto no texto da Constituição da República Federativa do Brasil no rol das cláusulas pétreas (art. 60, §4º, IV c/c art. 5º, XXXVIII, ambos da CRFB). Seu procedimento é disciplinado no Código de Processo Penal, dividido em duas fases: a primeira, o juízo de confirmação da admissibilidade da acusação e a segunda, o juízo de mérito.

A Carta Magna determina que os crimes dolosos contra a vida sejam julgados pelo tribunal do júri. Na primeira fase do procedimento, o juiz de direito irá analisar a adequação da denúncia e das provas produzidas em audiência de instrução e julgamento aos critérios de autoria e materialidade exigidos pela lei, em caso positivo, pronunciará o acusado. Já na segunda fase, o julgamento do mérito será de responsabilidade do colegiado formado por cidadãos diferentes entre si que no dia do julgamento em plenário serão sorteados para compor o conselho de sentença.

Lenio Streck¹ compreende o tribunal do júri para além de uma instituição jurídica, mas como um ritual que “re(articula) mensagens diretamente relacionadas com a sociedade a qual representa”. Guilherme de Souza Nucci² reconhece a instituição como direito humano fundamental, pois determina ao cidadão o desempenho de função do Poder Judiciário quando responsável pelo julgamento seus pares, e como garantia humana fundamental, porque prevista como cláusula pétrea de garantia do devido processo legal, ou seja, de que o suposto autor do crime doloso contra a vida seja julgado pelo tribunal do povo.

São constitucionalmente estabelecidos quatro princípios próprios ao júri: a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos vereditos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Nem sempre o tribunal popular teve sua competência voltada para

¹ STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do júri**: símbolos & rituais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001. p. 106.

² NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. *E-book*. p. 38-41.

os delitos dolosos contra a vida, como o histórico da legislação brasileira sobre a instituição irá mostrar.

1.1.1 Breve histórico da instituição do júri ao longo das legislações brasileiras

O tribunal do júri surgiu no Brasil com a promulgação da Lei de 18 de junho de 1822, no período colonial, tendo sido criado especificamente para processar e julgar os delitos de abuso de liberdade da imprensa, como fruto de um projeto de iniciativa do Senado do Rio de Janeiro, segundo Franklyn Roger³. Escolhia-se vinte e quatro “homens bons, honrados, inteligentes e patriotas”⁴ para examinarem as ações da imprensa que visassem atacar a ordem e promover a anarquia com doutrinas subversivas na colônia portuguesa.

A Constituição de 1824 – Constituição Política do Império do Brasil – inseriu, pela primeira vez, o tribunal do júri no capítulo do Poder Judiciário:

Art. 151. O Poder Judicial independente, e será composto de Juizes, e Jurados, os quaes terão logar assim no Cível, como no Crime nos casos, e pelo modo, que os Codigos determinarem.

Art. 152. Os Jurados pronunciam sobre o facto, e os Juizes applicam a Lei.⁵

Sob a Constituição do Império, a Lei de 20 de setembro de 1830⁶ disciplinou a matéria do abuso de legalidade da imprensa identificando os tipos penais, os sujeitos ativos e detalhando o procedimento. Nesta lei, o tribunal do júri foi dividido em duas fases: o júri de acusação, composto por vinte e três membros que votavam para definir se os fatos eram matéria para prosseguir com a acusação ou não; e o júri de julgamento, composto por doze membros que votavam acerca da existência do abuso por parte da imprensa, se o acusado era culpado, se a conduta em questão subsumia-se ao artigo em que foi denunciado, sobre a pena e a reincidência.

³ SILVA, Franklyn Roger Alves. **História do tribunal do júri** – origem e evolução no sistema penal brasileiro. Rio de Janeiro, 2005. p. 19.

⁴ BRASIL. **Decreto de 18 de junho de 1822**. Cria Juizes de Facto para julgamento dos crimes de abusos de liberdade de imprensa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-18-6-1822-2.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

⁵ BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro: Imperador [1824]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

⁶ BRASIL. **Lei de 20 de setembro de 1830**. Rio de Janeiro: Imperador [1830]. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37987-20-setembro-1830-565654-publicacaooriginal-89402-pl.html. Acesso em: 27 set. 2020.

Até então, apenas os crimes de abuso cometidos pela imprensa eram julgados pelo tribunal do júri. A partir do Código de Processo Criminal de 1832⁷, o “tribunal do povo” estendeu sua competência para os crimes em geral. O Código também cuidou de definir dois ritos processuais distintos: o sumário para os crimes de competência do juiz de paz e o ordinário para os crimes de competência do conselho de sentença, mantida suas duas fases. No júri de acusação, nas palavras de Lenio Streck:

O conselho de pronúncia (júri de acusação) devia responder à seguinte pergunta: “Há neste processo suficiente esclarecimento sobre o crime e seu autor para proceder a acusação?” Caso negativo, procedida a uma instrução perante o conselho, que então deveria “ratificar” o processo e responder a uma segunda pergunta: “Procede a acusação contra alguém?”⁸

Posteriormente, a Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841⁹, extinguiu o júri de acusação e transferiu a confirmação da admissibilidade da acusação para a competência do juiz de direito, retirando-a da competência dos juízes de fatos - os jurados do conselho de pronúncia. Explica Streck que:

O júri de acusação foi extinto em 1841, passando a instrução criminal para a responsabilidade da polícia. Ou seja, foi extinto júri de acusação, sendo a formação da culpa e a sentença de pronúncia atribuídas às autoridades policiais e aos juízes municipais, dependendo a pronúncia dos delegados e subdelegados de confirmação dos juízes municipais.¹⁰

A Lei nº 562 de 2 de julho de 1850¹¹ seguiu com modificações no procedimento do júri, nas palavras de Streck: “A Lei nº 562, de 2 de julho de 1850 subtraiu da competência do júri os crimes de moeda falsa, roubo, homicídio nos municípios de fronteira do Império, resistência e retirada de presos, além da bancarrota”¹².

⁷ BRASIL. **Lei de 29 de novembro de 1832**. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Rio de Janeiro: Imperador [1832]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

⁸ STRECK, op. cit., p. 87-88.

⁹ BRASIL. **Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841**. Reformando o Código do Processo Criminal. Rio de Janeiro: Imperador [1841]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM261.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

¹⁰ STRECK, op. cit., p. 88.

¹¹ BRASIL. **Lei nº 562, de 2 de julho de 1850**. Marca os crimes que devem ser processados pelos Juizes Municipais, e julgados pelos Juizes de Direito. Rio de Janeiro: Imperador [1850]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-562-2-julho-1850-559720-publicacaooriginal-82069-pl.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

¹² STRECK, op. cit., p. 88.

A competência para processar e julgar os crimes que a Lei nº 562 atribuiu aos juízes foi recuperada pelo tribunal do júri com o advento da Lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871¹³. Outra significativa mudança diz respeito a decisão de pronúncia, que deixou de ser atribuição das autoridades policiais e passou a ser realizada pelos juízes, como preleciona Streck:

De registrar a extinção das atribuições dos chefes de polícia, delegados e subdelegados para a formação da culpa e pronúncia nos crimes comuns, passando as pronúncias para a competência dos juízes de direito nas comarcas especiais, com recurso voluntário para a Relação, e dos juízes municipais, com recurso *ex officio* para o juiz de direito, nas comarcas gerais.¹⁴

Em 11 de outubro de 1890, o Decreto nº 848¹⁵ criou o júri federal. No ano seguinte, com a entrada em vigor da Constituição de 1891¹⁶, o art. 72, §31, gerou polêmica entre os autores do Direito com a expressão “É mantida a instituição do jury”. Alguns autores defendiam que a partir desse dispositivo legal a essência política do tribunal do júri tinha o dever de ser mantida pelas legislações posteriores, enquanto outros autores afirmavam que tal dispositivo não representava a imposição de um *status quo* anterior a ser mantido, optando o Supremo Tribunal Federal pelo último posicionamento doutrinário.¹⁷

A Constituição de 1934¹⁸ tornou a prever o tribunal do júri no capítulo do “Poder Judiciário”, enquanto na Constituição de 1891 fora previsto na seção “Declaração de Direitos, mudança que para Lenio Streck representou a migração do júri “da esfera da cidadania para a órbita do Estado”¹⁹.

¹³ BRASIL. **Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871**. Rio de Janeiro: Princesa Imperial Regente [1871]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2033.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

¹⁴ STRECK, op. cit., p. 89.

¹⁵ BRASIL. **Decreto nº 848. 11 de outubro de 1890**. Organiza a Justiça Federal. Rio de Janeiro: Presidente Provisório [1890]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D848.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

¹⁶ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro: Presidente do Congresso [1891]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

¹⁷ STRECK, op. cit., p. 89.

¹⁸ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro: Presidente da República [1934]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

¹⁹ STRECK, op. cit., p. 89.

Já a Constituição do Estado Novo²⁰, de 1937 não previu o tribunal do júri. Entretanto, o Decreto nº 167 de 1938²¹ regulamentou a instituição do júri e trouxe a importante possibilidade de apresentar recurso de apelação sobre o mérito em face de decisão injusta ou divergente das provas dos autos ou produzidas em plenário.

Na Constituição de 1946²² a instituição do júri foi recolocada no capítulo “Dos direitos e garantias individuais”, com a afirmação da competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, além de estabelecer o sigilo das votações, a plenitude de defesa e a soberania dos veredictos, todos princípios constitucionais específicos do procedimento do júri. A Constituição de 1967²³ e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969²⁴ mantiveram a competência exclusiva para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Com a promulgação da Constituição de 1988²⁵, segundo Nucci, “visualizando-se o retorno da democracia no cenário brasileiro”²⁶, o tribunal do júri foi novamente incluído no rol de direitos e garantias fundamentais, como cláusula pétrea, mantendo os quatro princípios constitucionais específicos ao procedimento.

Luiz Eduardo Figueira, em sua pesquisa empírica nos tribunais do júri do Rio de Janeiro, elucidou a conclusão atingida a partir da observação do lugar da instituição ao longo das legislações:

²⁰ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Presidente da República [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

²¹ BRASIL. **Decreto-lei nº 167, de 5 de janeiro de 1938**. Regula a instituição do Juri. Rio de Janeiro: Presidente da República [1938]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0167.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

²² BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro: Presidente da República [1946]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

²³ BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1967**. Brasília: Congresso Nacional [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

²⁴ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

²⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jan. 2020.

²⁶ NUCCI, op. cit., p. 43.

As especificidades do tribunal do júri, hoje, no Brasil, estão intimamente atreladas à história política dessa instituição que teve suas origens pouco antes da independência e que permanece sólida no contexto histórico atual enquanto um direito fundamental previsto no artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição Federal de 1988.²⁷

O caráter do júri brasileiro está estritamente relacionado, portanto, com os objetivos do Estado Democrático de Direito, uma vez que enxerga no exercício da cidadania a efetividade da prestação jurisdicional no âmbito dos crimes dolosos contra a vida.

1.1.2 Primeira fase do procedimento do júri

Inicialmente, importante é conceituar processo e procedimento. O Direito Processual Penal, nas palavras de Fernando Capez é o “conjunto de princípios e normas que disciplinam a composição das lides penais, por meio da aplicação do Direito Penal objetivo”²⁸. Capez afirma que o processo é constituído por dois aspectos, um subjetivo, que é a relação jurídica processual e um objetivo, que é o procedimento, este “entendido como cadeia de atos e fatos coordenados, juridicamente relevantes, vinculados por uma finalidade comum, qual a de preparar o ato final, ou seja, o provimento jurisdicional, que, no processo de conhecimento, é a sentença de mérito”²⁹.

Aury Lopes Jr., com base no raciocínio do jurista italiano Fazzalari, define o processo como o procedimento em contraditório, apresentando a superação da tradicional visão formalista-burocrática de procedimento. Para Aury a definição tradicional de processo como “conjunto de atos preordenados, desenvolvidos sob a presidência de um juiz, até a sentença” tinha por consequência problemática diminuir o procedimento “ao mero conceito de “caminho”, de concatenação (burocrática) de atos, sob uma perspectiva meramente formal”³⁰.

O processo, portanto, é o procedimento em contrário. Com isso, para Aury:

os atos do procedimento são pressupostos para o provimento final (sentença), ao qual são chamados a participar os interessados (as partes), em contraditório. A essência do processo está nisto: é um procedimento do qual, além do autor do ato final (juiz),

²⁷ FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. 2007. **O ritual judiciário do tribunal do júri**. (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 131.

²⁸ CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 25 Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 51. *E-book*.

²⁹ Ibidem, p. 67-68.

³⁰ LOPES Jr, Aury. **Direito processual penal**. 11 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. *E-book*. p. 55.

participam, em contraditório entre si, os “interessados”, ou seja, as partes, que são os destinatários dos efeitos da sentença³¹.

A valorização do contraditório, compreendida como a participação ativa das partes na lide, foi a virada para a ressignificação de procedimento e processo, portanto.

O Código de Processo Penal Brasileiro estabeleceu diferentes formas de procedimento para a processo de cognição. Entre os procedimentos comuns estão: o ordinário, que trata dos crimes cuja pena privativa de liberdade máxima cominada é igual ou superior a quatro anos, exceto se não se submeter a procedimento especial; o sumário, que cuida dos delitos cuja pena privativa de liberdade máxima cominada é inferior a quatro anos, desde que não possa ser submetido ao procedimento especial; e, por fim, o sumaríssimo, que diz respeito aos crimes de menor potencial ofensivo, mesmo que haja previsão de procedimento próprio, conforme a Lei 9.099/95.

Os procedimentos especiais são aqueles que possuem um rito próprio, estabelecido em lei, que não se confunde com o critério para julgamento de crimes pelos ritos do procedimento comum. Geralmente estão estabelecidos em leis penais e processuais penais extravagantes. Entretanto, o Código de Processo Penal tratou de estabelecer um dos mais conhecidos procedimentos especiais entre seus arts. 406 a 497: o tribunal do júri.

O tribunal do júri segue um procedimento (ou rito) especial para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, disciplinado pelo legislador ordinário no Código de Processo Penal Brasileiro.

O legislador optou por dividir em fases o procedimento do júri por meio da inserção de uma primeira fase inexistente nos demais procedimentos do processo penal brasileiro. Streck³² busca nas fases do rito de passagem a explicação para a trajetória do acusado no procedimento do tribunal do júri. Na definição de Van Genep como “os ritos de passagem ou de ‘transição’, caracterizam-se, assim, por três fases: separação, margem (ou *limen*, significado ‘liminarr’ em latim) e agregação.”³³

³¹ FAZZALARI, APUD LOPES Jr, 2014, p. 55.

³² STRECK, op. cit., p. 109.

³³ GENNEP, 1974 APUD STRECK, 2002, p. 109.

Para Streck³⁴, a primeira fase, da separação, inicia com o recebimento da denúncia ou queixa pelo juiz presidente, que marca a inauguração da ação penal e se encerra na pronúncia, que diferencia o indivíduo do grupo normal da sociedade, quer seja, os não-pronunciados. A segunda fase, da margem (ou da liminaridade), é marcada pela indefinição do *status* individual, o que coloca o acusado numa situação de sujeição aos rótulos que lhe forem eventualmente atribuídos. Sua estreia é marcada pelo pronunciamento do acusado ao júri e termina no veredito do conselho de sentença. Por fim, a terceira fase, da agregação, marca a consumação da passagem, onde o acusado volta a ter sua situação jurídica definida novamente, entre culpado ou inocente, e arca com as consequências jurídicas e sociais desse novo *status*.

Guilherme Nucci concorda que o procedimento do júri é escalonado em três fases, entretanto o marco inicial e final de cada uma delas, bem como o critério adotado para a divisão, distingue-se dos adotados por Streck. Para Nucci³⁵, a primeira fase – juízo de formação da culpa – percorre a admissibilidade da acusação, que começa no recebimento da denúncia e termina na decisão de pronúncia; a segunda – juízo de preparação do plenário – tem caráter intermediário e se inicia com o trânsito em julgado da pronúncia; a terceira – julgamento do mérito – diz respeito ao julgamento do acusado pelo conselho de sentença, posteriormente à inauguração da sessão plenária pelo juiz presidente.

Parte da doutrina considera que o procedimento do júri é bifásico. Eugênio Pacelli de Oliveira delimita que “a primeira seria destinada à formação da culpa, agora denominada instrução preliminar, enquanto a segunda ao julgamento propriamente dito, ou da acusação em plenário”³⁶. Capez também tratou de definir as duas fases:

A primeira fase se inicia com o oferecimento da denúncia e se encerra com a decisão de pronúncia (*judicium accusationis* ou sumário de culpa). A segunda tem início com o recebimento dos autos pelo juiz-presidente do Tribunal do Júri, e termina com o julgamento pelo Tribunal do Júri (*judicium causae*).³⁷

Ao desenvolvimento desta pesquisa interessa principalmente a decisão de pronúncia, que, independente da classificação do procedimento do júri em trifásico ou bifásico, é a responsável

³⁴ STRECK, op. cit., p. 109-114.

³⁵ NUCCI, op. cit. 62.

³⁶ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 15 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 703.

³⁷ CAPEZ, op. cit. p. 825.

por encerrar o “juízo de confirmação de admissibilidade da acusação”³⁸, nomeado por Streck de fase da separação, por Nucci de juízo de formação da culpa, por Paceli de fase de acusação e instrução preliminar e por Capez de *judicium accusationis* ou sumário da culpa.

A opção legislativa em direcionar uma fase do procedimento para o *judicium accusationis*, ou seja, uma fase exclusiva para a realização do juízo de confirmação da admissibilidade da acusação, ressalta a importância conferida à verificação mínima da procedência da acusação e da instrução prévia realizada antes do encaminhamento do acusado ao júri para julgamento. Isto é, o legislador demonstrou a preocupação em sinalizar se foram satisfeitos os requisitos não só para o recebimento do libelo acusatório, mas também para pronunciar ao conselho de sentença.

O escalonamento em duas fases do rito do júri é fruto da compreensão de que a remissão do acusado ao julgamento pelo conselho de sentença impõe para pessoas leigas ao Direito a responsabilidade de condenar ou absolver alguém. Sobre a criação de uma fase inicial para a verificação da admissibilidade da acusação pelo juiz togado, Eugênio Paceli esclareceu:

É que o julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri é atribuído a pessoas não integrantes do Poder Judiciário, escolhidas aleatoriamente nas diferentes camadas sociais da comunidade, de quem, em regra, não se espera qualquer conhecimento técnico sobre a matéria.³⁹

Há quatro decisões que podem encerrar o juízo de confirmação da admissibilidade da acusação no procedimento do júri: pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação do crime.

A pronúncia (art. 413, CPP) ocorre quando o juiz togado, convencido da prova da materialidade do crime doloso contra a vida, bem como da suficiência de indícios de autoria e participação, encaminha o acusado para o julgamento do mérito da causa pelo conselho de sentença, formado por pessoas comuns da sociedade.

Nos casos em que o juiz togado compreende, conforme os critérios legais e constitucionais, não estar convencido quanto a materialidade do fato e existência de indícios

³⁸ NOGUEIRA, Rafael Fecury. 2012. **Pronúncia**: valoração da prova e limites à motivação. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 104.

³⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 703.

suficientes de autoria e participação, poderá interromper o curso do processo já na primeira fase proferindo uma impronúncia (art. 414, CPP).

Ao contrário das decisões anteriormente apresentadas, a absolvição sumária é uma decisão de mérito que encerra o procedimento do tribunal do júri já na primeira fase quando provada a inexistência do fato, provado não ser ele (o acusado) autor ou partícipe do fato, o fato não constituir infração penal ou demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime (art. 415, CPP).

Por fim, a desclassificação (art. 419, CPP), ocorre quando o magistrado se convence de que o fato trazido ao juízo, ao contrário do que entende a acusação, não se trata de crime doloso contra a vida, anulando a competência do tribunal do júri para o julgamento. Vale observar que Lopes Jr. faz uma distinção entre desclassificação própria e imprópria. A primeira, na opinião do autor, ocorre “quando a desclassificação conduz a outra figura típica que não é de competência do júri”, enquanto a segunda “opera-se uma desclassificação para outro crime que continua sendo de competência do júri, de modo que o juiz desclassifica, mas pronuncia”.⁴⁰ O art. 419, CPP, entretanto, trata da desclassificação que afeta a competência do tribunal do júri.

O início do rito especial no júri é marcado pelo recebimento da denúncia ou queixa, que implica na citação do acusado para resposta no prazo de dez dias, conforme art. 406, do CPP. Com a apresentação da resposta à acusação, o juiz deverá ouvir o Ministério Público, no caso de denúncia, ou o querelante, no caso de queixa-crime, sobre preliminares e documentos apresentados, no prazo de cinco dias, de acordo com o art. 409, do CPP. Posteriormente ao último ato descrito, o juiz irá determinar a inquirição das testemunhas e a realização das diligências requeridas pelas partes, no prazo máximo de dez dias, segundo o art. 410 do CPP.

Na audiência de instrução ocorre a produção de provas, sob o exercício do contraditório. O juiz deverá ouvir o depoimento do ofendido, em seguida, as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, além de dar oportunidade aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas. Por último, o magistrado deverá tomar o depoimento do acusado e abrir o debate. Após o final do debate, conforme art. 411, §9º, do CPP, o juiz proferirá a sua decisão imediatamente ou em dez dias.

⁴⁰ LOPES Jr., op. cit., p. 742.

Assim, no mínimo, a passagem do juízo de admissibilidade para o juízo de mérito deve ser consubstanciada na exigência de um critério racional de convencimento da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria. A decisão de pronúncia, em razão da sua relevância para a presente pesquisa, será tratada no subcapítulo seguinte de forma mais detalhada.

1.2 Pronúncia

A pronúncia, como visto, marca a passagem entre a fase do juízo de admissibilidade da acusação para a fase do juízo de mérito. Nucci conceituou a pronúncia:

É a decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação, remetendo o caso à apreciação do tribunal do júri. Trata-se de decisão de natureza mista, pois encerra a fase de formação da culpa, inaugurando a fase de preparação do plenário, que levará ao julgamento de mérito.⁴¹

O magistrado exerce primeiramente o juízo de admissibilidade da acusação na denúncia e, em um segundo momento, exerce o juízo de confirmação da admissibilidade da acusação na decisão de pronúncia. Para Nucci, na pronúncia o magistrado deve se comportar da seguinte forma:

O raciocínio é simples: o juiz da fase da pronúncia remete a julgamento em plenário o processo que ele, em tese, poderia condenar, se fosse o competente. Não é questão de se demandar *certeza* de culpa do réu. Porém, deve-se reclamar provas *suficientes*. Havendo a referida *suficiência*, caberá ao Conselho de Sentença decidir se condena ou absolve.⁴²

O Ministério Público e o ofendido têm o dever de apresentar todos os elementos que comprovem que o investigado, na fase extra processual, ou que o acusado, na fase processual, é culpado. Isto é, cabe ao acusador o ônus da prova. Nesse sentido, na primeira fase do júri, a paridade de armas materializa-se com a defesa técnica, irrenunciável e indisponível, atuando na produção de provas frente a peça acusatória.

⁴¹ NUCCI, op. cit., p. 78.

⁴² Ibidem, p. 80.

Entretanto, o *standard* de prova exigido para a pronúncia, por força da própria lei, é menor que para a sentença, em razão de ser uma decisão que só superou o juízo de admissibilidade. Como consequência de sua natureza meramente declaratória, a pronúncia passou a ser considerada como uma decisão *in dubio pro societate*, pois, conforme bem elucidou Streck, “a pronúncia é considerada pela dogmática como uma peça processual *in dubio pro societate*, isto é, havendo razoável prova de que o fato criminoso existiu e indícios de que o acusado seja o autor, isto será suficiente para leva-lo a júri”⁴³.

Nesse sentido, a pronúncia não encerra a ação penal, mas apenas define se o acusado está apto ou não ao procedimento de julgamento do mérito da causa dentro de um conjunto de regras disciplinadas no Código de Processo Penal. Portanto, nas palavras de Eugênio Pacceli, a pronúncia “é a delimitação quase integral da matéria a ser submetida ao julgamento em plenário”⁴⁴.

1.2.1 Natureza da pronúncia

A natureza da pronúncia já foi tema bastante polêmico entre as doutrinas processuais penais. A sua natureza e a sua função são temas quase que indissociáveis na dogmática. Hoje a maior parte da doutrina defende que a pronúncia é uma decisão interlocutória mista e não uma sentença, pois lhe falta o caráter terminativo.

Entre os atos do juiz - sentença, decisão interlocutória e despacho – objetivamente o caráter da pronúncia não é o mesmo de uma sentença penal condenatória, pois não se aprofunda no julgamento do pedido principal formulado pelo órgão acusatório, nem encerra o processo, mas tão somente a primeira fase do procedimento. Tampouco trata-se de um despacho, posto que ausente caráter residual e de mera movimentação administrativa.

Na mesma linha de Nucci⁴⁵, Aury Lopes Jr. classifica a pronúncia como “uma decisão interlocutória mista, não terminativa, que deve preencher os requisitos do art. 381 do CPP”⁴⁶.

⁴³ STRECK, op. cit., p. 110.

⁴⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 716.

⁴⁵ NUCCI, op. cit., p. 78.

⁴⁶ LOPES Jr., op. cit., p. 731.

Capez também afirma que a pronúncia tem natureza de “decisão interlocutória mista não terminativa, que encerra a primeira fase do procedimento escalonado.”⁴⁷

Renato Brasileiro de Lima, por fim, segue afirmando essa natureza da decisão de pronúncia:

A pronúncia é tratada pela doutrina como uma decisão interlocutória mista não terminativa. Decisão interlocutória porque não julga o mérito, ou seja, não condena nem absolve o acusado; mista, porque põe fim a uma fase procedimental; e não terminativa, porque não encerra o processo.⁴⁸

A Lei nº 11.689/08 corrigiu o que Renato Brasileiro classificou como “erro técnico” ao alterar a antiga redação do art. 408, §1º, do CPP que utilizava o termo “sentença de pronúncia”, um equívoco, visto que a natureza do ato é de decisão interlocutória.⁴⁹

A forma da pronúncia deve seguir a estrutura de uma sentença, apesar da sua natureza de decisão interlocutória mista. Segundo Nucci:

a *forma* da pronúncia obedece à estrutura da sentença comum. Deve conter o relatório (exposição do que ocorreu no processo, a partir da denúncia até o aventado pelas partes nas alegações finais), a fundamentação (razões pelas quais o magistrado entende viável remeter o caso à apreciação do Tribunal do Júri) e o dispositivo (declaração do artigo – ou dos artigos – no qual se encontra incurso o acusado).⁵⁰

Apesar de haver predominante consenso no que diz respeito a natureza de decisão interlocutória da pronúncia, parece relevante a apresentação de um interessante posicionamento contrário. Para Francisco Monteiro Rocha Jr.⁵¹, a pronúncia não deveria ter apenas a forma de uma sentença. No episódio número 38 do *podcast* Dúvida Razoável, ele fez uma ressalva sobre a compreensão da pronúncia como uma decisão de natureza interlocutória mista. O advogado defende que a partir do momento que a pronúncia é reduzida a decisão interlocutória faz parecer que se trata de mera decisão formal de passagem entre o *judicium accusationis* e o *judicium causae*, isto é, que independe de um juízo sério da suficiência dos indícios de autoria e do

⁴⁷ CAPEZ, op. cit., p. 828.

⁴⁸ LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 8. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020. p. 1469.

⁴⁹ Ibidem, p. 1469.

⁵⁰ NUCCI, op. cit., p. 79.

⁵¹ DÚVIDA RAZOÁVEL 38: STF, pronúncia e *in dubio pro societate*. Entrevistador: Alexandre Moraes da Rosa. Entrevistados: Adriano Bretas e Francisco Monteiro Rocha Jr. [S. l.]: EMais Editora, 14 jul. 2020. *Podcast*. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3AOo9B08u1WvFqKGiaLJvd?si=22_INzvZQ_iZvLPJCe0Oqg. Acesso em: 01 set. 2020.

convencimento da materialidade. Rocha Jr. vai além ao dizer que a decisão de pronúncia não decide o mérito condenatório (*judicium causae*), mas decide outra espécie de mérito, o mérito constitutivo próprio da pronúncia (*judicium accusationis*).

1.2.2 Função da pronúncia

O procedimento do tribunal do júri segue rito próprio, disciplinado no Código de Processo Penal, onde a decisão de pronúncia é o ato processual que torna a ação penal apta para ter o seu mérito discutido e julgado em plenário.

A decisão de pronúncia encerra o juízo de formação da culpa do acusado. Segundo Joaquim Canuto Mendes de Almeida, a primeira fase do júri “possibilita uma apuração judiciária da realidade criminal antes mesmo de formulada a acusação e capaz de impedir, quando inconsistentes as imputações, as injustas prisões processuais e constrangimentos das fianças”⁵².

O Estado Democrático Brasileiro optou por um direito processual penal garantista, esculpido em diversas proteções constitucionais em favor do investigado, do acusado e do condenado frente às arbitrariedades. A partir do momento que é feita a leitura das regras processuais penais a partir da Constituição, como deve ser feita, a pronúncia revela-se decisão importantíssima, apesar de não ser proferida pelo juiz natural dos crimes dolosos contra a vida – o povo.

Vale ressaltar que, apesar da Constituição não prever a divisão em fases do procedimento do júri, nem a relativização da competência popular na sua primeira fase, não há que se falar em desrespeito à competência natural para os julgamentos dos crimes dolosos contra a vida. O legislador criou o “filtro” da confirmação da admissibilidade da acusação, justamente para encaminhar ao júri uma lide mais clara possível, tendo em vista que o julgamento na segunda fase é feito de acordo com a consciência de cada cidadão comum, que assume, na forma do conselho de sentença, o papel de Poder Judiciário.

⁵² ALMEIDA, 1975 APUD BENTO, Patricia Stucchi. **O enfoque constitucional da decisão de pronúncia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. *E-book*. p. 15.

De acordo com Chiarada Neto, a pronúncia “se situa no ponto em que solenemente se reconhece o objeto da acusação ante o júri”⁵³. Esse reconhecimento perpassa pelo preenchimento dos requisitos do art. 413, *caput*, do CPP: “O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação”.

Para que o acusado seja pronunciado deve haver um convencimento da ocorrência do fato e da suficiência dos indícios da autoria e da participação, por parte do juiz togado, respeitando todas as garantias e princípios constitucionais que militam em favor do acusado, com destaque para a presunção de inocência, o devido processo e a ampla defesa (no caso do júri, plenitude de defesa). Nesse sentido, a pronúncia tem função garantidora, isto é, serve como um filtro que isola as acusações infundadas para que elas não cheguem até o conselho de sentença. Na mesma linha, Almeida atribui à pronúncia a função de “cautela de justiça contra acusações infundadas”⁵⁴ e Greco Filho define que a pronúncia “atua como uma garantia da liberdade”⁵⁵.

Assim não se pode negar que a finalidade da decisão de pronúncia, enquanto ato indispensável ao procedimento dos crimes dolosos contra a vida, perpassa pela finalidade constitucional do processo penal brasileiro. Zveibil é esclarecedor sobre a função da pronúncia:

Se considerarmos a finalidade constitucional do processo penal brasileiro, a pronúncia jamais poderia ser encarada como mero ato de remeter o réu ao Júri. [...] Ora, se a pronúncia realmente fosse inútil formalidade burocrática a dissipar em vão nosso erário, não exigiria sequer os requisitos de existência do crime e de indícios suficientes - atenção para o adjetivo - de autoria ou de participação.⁵⁶

Assim, evita-se assim o maior dos erros judiciários: condenar um inocente. Se o juiz togado perceber na primeira fase do procedimento do tribunal do júri que, diante da possível condenação do acusado pelo conselho de sentença será cometido um erro judiciário, caberá ao magistrado, ainda na primeira fase, optar pela impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação, se for o caso.

⁵³ CHIARADA NETO, F. A pronúncia e sua natureza. **Doutrinas Essenciais Processo Penal**. v. 4, p. 143-152. Jun/2012. p. 151.

⁵⁴ ALMEIDA, 1938 APUD ZVEIBIL, D. G. O arbítrio palavreado no processo penal: breve ensaio sobre a pronúncia e o *in dubio pro societate*. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 74, p. 281 - 298, set-out/ 2008. p. 284.

⁵⁵ GRECO FILHO, 1999 APUD ZVEIBIL, 2008, p. 284.

⁵⁶ ZVEIBIL, op. cit., p. 284.

Para além do exercício de garantias e direitos fundamentais, consubstanciado na filtragem que o magistrado faz do convencimento da materialidade do fato e dos indícios suficientes de autoria e participação, há um critério estatístico, estranho ao caso concreto individual, que milita em favor da redução do número de pronunciados (especialmente os que tiveram a prisão cautelar decretada). Ocorre que, no âmbito da política criminal, a redução do encarceramento deveria ser posta na agenda de todas as instituições relacionadas ao direito.

O Levantamento dos Presos Provisórios do País e Plano de Ação dos Tribunais⁵⁷, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça, verificou que, em janeiro de 2017, 34% da população carcerária brasileira era composta por presos provisórios. Isto significa que um terço das pessoas presas no Brasil, em janeiro de 2017, sequer sofreram a condenação.

Nos casos em que há absolvição em plenário de júri pelo crime ao qual o acusado foi pronunciado, o tempo médio entre o recebimento da denúncia até a sentença absolutória é de cinco anos e um mês, de acordo com o diagnóstico⁵⁸ também realizado pelo CNJ, com base nas ações penais que tramitaram entre os anos de 2015 e 2018 pelos Tribunais do Júri dos estados da federação.

Considerando os dados acima apresentados, a redução do número de pronunciados ao tribunal do povo com base em *in dubio pro societate*, isto é, sem uma exposição clara dos fundamentos que levaram a confirmação da admissibilidade da acusação, poderia implicar no aumento do número de decisões de impronúncia. Com isso, reduziria os danos causados pela privação de liberdade como medida cautelar na vida daqueles que atravessaram o processo penal preso para, no julgamento pelo conselho de sentença, serem absolvidos por causas que poderiam ter sido detectadas desde a primeira fase do júri.

Esse último entendimento, apresentado aqui no subcapítulo intitulado “função da pronúncia”, não corresponde a um raciocínio jurídico, isto é, não configura um parâmetro a ser

⁵⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Levantamento dos Presos Provisórios do País e Plano de Ação dos Tribunais. CNJ, Brasília, DF, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

⁵⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Diagnóstico das ações penais de competência do tribunal do júri**. Brasília: CNJ, 2019. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/553b50f521d5d129f155d820729b8464_4bde6f567b21f4790c5b11e4aefd1d92.pdf. Acesso em: 18. jul. 2020. p. 30.

adotado pelo magistrado na resolução do caso concreto. Trata-se de um argumento em prol da economia temporal, financeira e administrativa dos tribunais, e, principalmente, em prol do exercício responsável da atividade judicial no momento da decisão de pronúncia.

1.2.3 Pronúncia e impronúncia

Entre os quatro atos decisórios possíveis de serem adotados pelo juiz no *judicium accusationis* – absolvição sumária, desclassificação, impronúncia (ou despronúncia) e pronúncia – cabe ao propósito dessa pesquisa diferenciar os dois últimos, posto que o que diferencia é o juízo positivo ou negativo sobre o convencimento da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Pela simples leitura da redação dos arts. 413, *caput* e 414, *caput*, do CPP, compreende-se que o convencimento da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação é o requisito imposto pelo legislador ao magistrado no juízo de admissibilidade do pronunciamento do acusado ao julgamento pelo júri. Desse modo, a pronúncia faz-se presente para remeter o caso à apreciação do júri quando a acusação for confirmada admissível pelo juiz togado.

Uma semelhança entre impronúncia e pronúncia situa-se no ponto da formação da coisa julgada. Seguindo o raciocínio de Roberto Delmanto Junior, “a partir do momento em que não entendemos ser a pronúncia sentença, mas sim decisão interlocutória sobre a viabilidade da acusação, s.m.j., só pode estar ela sujeita à preclusão.”⁵⁹ Assim, a pronúncia não forma coisa julgada material, mas sim coisa julgada formal, que tem efeito preclusivo, como estabeleceu também o legislador processual penal no art. 421, *caput*, do CPP. Isto é, uma vez preclusa não poderá ser modificada por vias recursais. Estará constatada a coisa julgada formal.

A impronúncia, por sua vez, ocorrerá quando a acusação for julgada inadmissível, em razão do não convencimento do magistrado, no sentido da tese acusatória, acerca do acervo probatório, produzido até aquele momento, sobre a materialidade do delito ou os indícios de autoria e participação.

⁵⁹ DELMANTO JÚNIOR, Roberto. Considerações a respeito do ato decisório de pronúncia. **Doutrinas Essenciais Processo Penal**, São Paulo, v. 4, p. 563-578, jun. 2012. p. 566.

A impronúncia é um juízo, portanto, de aptidão da causa para julgamento do tribunal do júri, constitucionalmente competente para apreciação dos crimes dolosos contra a vida. Não está sob julgamento o mérito do crime, mas somente se as exigências mínimas para o prosseguimento da ação penal foram supridas. Roberto Delmanto Jr.⁶⁰ defende que a impronúncia tem natureza de sentença terminativa, porque apesar de não avaliar o mérito da causa na decisão, ela encerra a primeira fase do procedimento dos crimes dolosos contra a vida, mas não encerra o processo. Entretanto, não forma coisa julgada material, somente formal, uma vez que mediante provas novas a acusação pode reiniciar, de acordo com o art. 414, parágrafo único, do CPP.

A impronúncia encerra o procedimento do júri, portanto, sem realizar juízo de mérito. Assim, de acordo com Nucci, “inexistindo prova da materialidade do crime ou não havendo indícios suficientes de autoria, deve o magistrado impronunciar o réu, significando julgar improcedente a denúncia ou queixa e não a pretensão punitiva do Estado”⁶¹.

A pronúncia e a impronúncia, portanto, não geram coisa julgada material, pois julgam procedente ou improcedente tão somente a denúncia ou queixa, aliada às informações colhidas na instrução prévia, e não a pretensão punitiva estatal. O juiz verifica se a prova colhida até o final da primeira fase do procedimento será suficiente ou não para o prosseguimento da ação penal.

Apesar de ambas formarem coisa julgada formal (e não coisa julgada material), como visto, a doutrina defende que a natureza das duas é diferente: a pronúncia é decisão interlocutória mista não terminativa e a impronúncia é sentença terminativa.

Por esse motivo o legislador estabeleceu no art. 416, do CPP, que o recurso cabível contra a impronúncia é o recurso de apelação e o recurso cabível contra a pronúncia é o recurso em sentido estrito, conforme redação do art. 581, IV, do CPP.

Não há que se cogitar ainda confusão semântica e técnica entre impronúncia e absolvição sumária. Esta, segundo Nucci, só poderá ocorrer “quando *nitidamente* demonstradas pela prova

⁶⁰ DELMANTO JUNIOR, op. cit., p. 565.

⁶¹ NUCCI, op. cit., p. 117.

colhida”⁶² uma das hipóteses previstas no art. 415, do CPP. Eugênio Pacceli é categórico ao dizer que “A diferença entre uma (impronúncia) e outra (absolvição sumária) se localizaria, então, na questão da suficiência ou não da prova colhida em juízo, em relação à segunda.”⁶³

A absolvição sumária decidida pelo juiz na primeira etapa do júri é uma sentença definitiva, pois julga o mérito da causa para reconhecer a exclusão do crime. Neste ponto, a natureza jurídica, já se diferencia da impronúncia.

Quanto ao seu sentido dentro do rito dos crimes dolosos contra a vida, na absolvição sumária, segundo Eugênio Pacceli de Oliveira⁶⁴, a competência do júri é parcialmente subtraída, cabendo ao magistrado por força da lei o reconhecimento das causas excludentes de ilicitude e de culpabilidade que afastarem o crime, e, por consequência, a punibilidade. Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho defende que não há ofensa ao princípio do juiz natural no momento da impronúncia e da absolvição sumária pelo juiz de direito:

A Constituição estabelece a competência do Tribunal do Júri, com a organização que lhe der a lei. A lei é o Código de Processo, e a organização é aquela nele prevista. Em outras palavras, o juiz de direito integra o Tribunal do Júri; suas funções estão marcadas taxativamente pelo Código. Portanto, não há qualquer ofensa ao princípio do juiz natural.⁶⁵

Acerca do raciocínio lógico-jurídico que o magistrado deve empenhar no momento da pronúncia Vicente Greco Filho diz que “o raciocínio do juiz da pronúncia, então, deve ser o seguinte: segundo minha convicção, se este réu for condenado haverá uma injustiça? Se sim, a decisão deverá ser de impronúncia ou de absolvição sumária”⁶⁶.

Assim, sem desprezo pela semelhança quanto à formação da coisa julgada, bem como pela diferença em relação a natureza e, conseqüentemente, ao recurso cabível, a marca distintiva entre a pronúncia e a impronúncia está localizada principalmente no ponto em que o juiz togado responde sim ou não para a pergunta proposta por Vicente Greco Filho⁶⁷.

⁶² NUCCI, op. cit., p. 127.

⁶³ OLIVEIRA, op. cit., p. 713.

⁶⁴ OLIVEIRA, Ibidem, p. 707.

⁶⁵ CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. *Processo Penal e Constituição: princípios constitucionais do processo penal*. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 162.

⁶⁶ GRECO FILHO, 1999 APUD ZVEIBIL, 2008, p. 117.

⁶⁷ GRECO FILHO, 1999 APUD ZVEIBIL, 2008, p. 117.

1.2.4 Fundamentação da decisão de pronúncia

O procedimento do júri, como visto até aqui, é dividido em duas fases. Nas leituras sobre o tema, é comum observar longa discussão sobre a adequação do sistema de avaliação da prova adotado na segunda fase do procedimento dos crimes dolosos contra a vida, a íntima convicção. Os jurados votam aos quesitos apresentados por meio de respostas sim ou não, “de acordo com a vossa consciência e os ditames da justiça” (art. 472, *caput.*).

Cabe aqui dar início à discussão acerca da fundamentação da decisão que encerra a primeira fase do procedimento, a pronúncia. Afinal de contas, a propósito de toda a polêmica acerca da imparcialidade e cumprimento do dever de justiça pelos jurados no julgamento do mérito, antes que o conselho de sentença seja crucificado por inocentar um manifestamente culpado ou absolver um notoriamente inocente houve um magistrado que não precisou ter se convencido do crime, mas ao menos convenceu-se da materialidade do fato típico e da existência de indícios suficientes de autoria e participação, expondo os fundamentos do seu convencimento em uma decisão.

O dever de motivação da decisão, previsto pela Carta Magna em seu art. 93, IX, para todos os atos decisórios do Poder Judiciário, incide também na primeira fase do procedimento do júri. O filtro de confirmação da admissibilidade da acusação, como visto, existe para pronunciar ao julgamento pelo júri somente aqueles casos que preencherem os requisitos legais, sendo a motivação da decisão judicial o que confere transparência a esta etapa, que é regida pelo sistema do livre convencimento motivado, ao contrário do juízo de mérito que é regido pelo sistema da íntima convicção. Nesse sentido, Campos ressalta a importância da decisão do juiz na primeira fase do procedimento:

Analizando-se a finalidade do nosso procedimento do Júri, chegamos à conclusão de que o rito só é escalonado em duas fases porque o legislador entendeu que remeter alguém a julgamento por seus pares não é um passeio dominical, mas algo muito sério, constrangedor ao extremo para o réu, que ocupa o banco da ignomínia e, porque não, constrangedor também para a sociedade, que vê um integrante seu em posição vexatória, expondo até às vísceras as mazelas daquele agrupamento.⁶⁸

⁶⁸ CAMPOS, Walfredo Cunha. **A falácia do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia**. Disponível em: <https://wp.ibccrim.org.br/artigos/164-julho-2006/a-falacia-do-in-dubio-pro-societate-na-decisao-de-pronuncia/>. Acesso em: 2 out. 2020.

O livre convencimento motivado do juiz ou dever de convencimento motivado é regra enquanto sistema de avaliação da prova no ordenamento jurídico brasileiro por força do art. 93, IX, da CRFB. Grinover resgata na história o conteúdo do dever de convencimento motivado:

O dever de motivação das decisões judiciais tem duas matrizes históricas distintas, que bem esclarecem seu significado e conteúdo: a primeira aparece nos estados de despotismo esclarecido e atende às exigências de um sistema centralizador, que se serve da fundamentação como instrumento de controle sobre as atividades dos magistrados; através da fundamentação viabilizam-se as impugnações pelas partes e, por esse meio, os órgãos superiores podem corrigir eventuais desvios na atividade jurisdicional inferior. A segunda está ligada à ideologia democrática aflorada com a Revolução Francesa, que percebe na motivação um meio de fiscalização popular sobre a forma pela qual é administrada a justiça.⁶⁹

Disso decorre o papel controlador do dever de motivação das decisões. O controle externo, exercido pelos jurisdicionados sobre a forma que o Poder Judiciário decide determinados casos, por meio da formação de padrão de segurança jurídica. E o controle interno, por meio do papel exercido pelos tribunais superiores na correção de desvios na atividade jurisdicional inferior, impondo limites à atuação do juiz de direito.

Nesse sentido, Antônio Magalhães Gomes Filho explica que “tem sido reiteradamente sublinhada uma nova função da motivação (que também não deixa de ser política), qual seja a de servir de instrumento para a efetividade das garantias enfeixadas pela cláusula do devido processo legal.”⁷⁰

Gomes Filho aponta o papel da motivação das decisões: “assegura então a imparcialidade, a publicidade, o contraditório, a observância das regras de obtenção da verdade processual etc., impedindo que o livre convencimento, que também possui um valor de garantia, se converta em fator de arbítrio judicial.”⁷¹

O art. 413, §1º, do CPP orienta o magistrado acerca da fundamentação da pronúncia:

A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz

⁶⁹ DINAMARCO; GRINOVER; WATANABE, 1988 APUD GOMES FILHO, Antônio Magalhães. Excesso de motivação da pronúncia e modelo acusatório. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 19, p. 303-310, jul-set/ 1997. p. 307.

⁷⁰ Ibidem, p. 307.

⁷¹ Ibidem, p. 307.

declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.⁷²

A doutrina ecoa ao dizer que não deve a decisão de pronúncia exagerar na fundamentação, sob o risco de influenciar demasiadamente os jurados do conselho de sentença a votarem os quesitos pela condenação do acusado nos casos em que o magistrado tenha trazido muito do conteúdo da denúncia ou queixa para a pronúncia.

No tribunal do júri, onde o povo - competente constitucionalmente para os julgamentos dos crimes dolosos contra a vida – julga com base na íntima convicção, a exposição de motivos na decisão de pronúncia pode influenciar a opinião dos jurados acerca dos quesitos apresentados na sala de votação. Acerca do excesso de linguagem na decisão de pronúncia, Nucci explica que:

Quanto à pronúncia, tratando-se de juízo de admissibilidade da acusação, sem ingresso no mérito da causa, há limitação para expor os motivos que fundamentam a decisão. O magistrado deve abordar a materialidade e os indícios suficientes de autoria, bem como analisar as teses levantadas pelas partes nas alegações finais. Entretanto, não pode exceder-se na adjetivação (ex.: o “terrível crime cometido”; a “autoria incontestada”, o “famigerado réu” etc.), tampouco exagerar na avaliação das teses defensivas (ex.: “é óbvio que não ocorreu legítima defesa”; “absurda é a alegação da defesa”). O mesmo equilíbrio deve manter para sustentar eventuais qualificadoras, sem invadir o campo do subjetivismo (ex.: “a covarde atitude do acusado espelha bem o seu caráter nefasto, comprovando a futilidade do delito”). Aliás, tais expressões não merecem uso nem mesmo na sentença condenatória, pois o julgador deve manter a sua imparcialidade em todas as manifestações, sem necessidade de se deixar levar pela emotividade ou pelos argumentos apaixonados porventura adotados pelas partes. Se a pronúncia macular-se por termos impróprios, gera nulidade relativa, vale dizer, se houver provocação da parte interessada, deve-se anular a peça, determinando ao juiz que profira outra, em termos sóbrios.⁷³

No mesmo sentido, Aury Lopes Jr. sobre o excesso de linguagem na pronúncia afirma: “especial cuidado deve ter o julgador na fundamentação, para não contaminar os jurados, que são facilmente influenciáveis pelas decisões proferidas por um juiz profissional e, mais ainda, por aquelas proferidas pelos tribunais.”⁷⁴

⁷² BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro: Presidente da República [1941]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm 1941. Acesso em: 27 set. 2020.

⁷³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 19 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. *E-book*. p. 1700.

⁷⁴ LOPES Jr., op. cit., p. 731.

Gomes Filho acerca da utilização da linguagem pelo juiz da pronúncia de modo a não influenciar os jurados manifestou-se dizendo que:

Assim, ao contrário do que normalmente sucede em relação às decisões de mérito, nas quais se espera que o juiz exponha clara e amplamente as razões de seu convencimento, aqui o que importa é a concisão, a economia de palavras, tudo no sentido de assegurar a pureza da manifestação do juiz natural da causa, que é o tribunal do júri.⁷⁵

No mesmo sentido, a jurisprudência dos tribunais superiores consolidou entendimento acerca da vedação à menção da decisão de pronúncia durante a fase do plenário, sobre o risco do uso de trechos da decisão durante os debates, tanto pela defesa quanto pela acusação, influenciar a avaliação dos jurados acerca dos fatos ali discutidos:

O artigo 478, I, do CPP, mercê de vedar, durante os **debates**, referências à decisão de **pronúncia** e às posteriores que julgaram admissível a acusação, não impede, na forma do artigo 480, § 3º, do mesmo Código, que os jurados tenham acesso aos autos e, obviamente, ao conteúdo da **pronúncia**, caso solicitem ao juiz presidente, do que resulta a possibilidade de serem influenciados pelo excesso de linguagem que, in casu, ocorreu.⁷⁶

O juiz presidente do tribunal do júri, por força do art. 497, inciso III, CPP, deve intervir quando houver excesso de linguagem. Ou seja, cabe ao juiz não fazer uso da decisão de pronúncia como argumento de autoridade. Entretanto, não proíbe a lei, nem a jurisprudência o acesso dos jurados ao conteúdo da pronúncia.

O excesso de linguagem pode ocorrer na decisão de pronúncia ou mesmo durante os debates em plenário. Ocorre que a linguagem, como forma de exercício de poder, manipula o discurso de forma a exercer influência sobre as mentes.

A linguagem é a principal ferramenta de construção do discurso. Foucault relacionou o discurso à manifestação de poder ao dizer que o discurso é aquilo que traduz as lutas, os

⁷⁵ GOMES FILHO, op. cit., p. 307.

⁷⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1.Turma). **Recurso em Habeas Corpus nº 109.068**. Constitucional e Processual Penal. Habeas Corpus. Homicídio doloso (CP, art. 121). Pronúncia. Excesso de linguagem: afirmações peremptórias indicando a autoria. Nulidade. Vedação, durante os debates, de referência à pronúncia (CP, art. 478, I). Garantia de acesso aos autos pelos jurados e, obviamente, ao conteúdo da pronúncia (CPP, art. 480, §3º). Possibilidade de serem influenciados pelo excesso verbal do magistrado. Violação à competência do tribunal do júri. Recorrente: Antônio André de Souza, José Ribamar Pereira. Recorrido: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Luiz Fux, 14 de março de 2012. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/sjur205869/false>. Acesso em: 01 out. 2020.

sistemas de dominação.⁷⁷ Ora, não se pode negar que, em uma sessão plenária do tribunal do júri, a autoridade estatal esteja configurada na figura do juiz. Por essa razão, não é difícil que os cidadãos escolhidos para o conselho de sentença enxerguem nos argumentos da decisão anteriormente tomada – a decisão de pronúncia – a autoridade, veracidade e concretude necessárias para se afirmar que o acusado é culpado.

A despeito das diversas críticas sobre a falta de técnica jurídica dos jurados, no sentido de que os jurados, por serem, *a priori*, leigos quanto à técnica jurídica, seriam influenciados por quaisquer outras retóricas, Streck fez sua ressalva:

Crítica o júri também porque os jurados julgam por íntima convicção e que são suscetíveis de influências momentâneas...(sic). Ora, nesse caso cabe uma indagação: o juiz singular, no julgamento de processos que não são da competência do júri, consegue ser neutro, abstraindo-se de sua ideologia de classe, sua formação acadêmica e de suas derivações axiológicas?⁷⁸

Nesse sentido, Streck, equipara a influência da linguagem tanto nos julgamentos feitos pelo juiz singular, como naqueles feitos pelo júri popular:

É necessário ter claro que, tanto no juízo singular como no júri popular a situação é idêntica: juiz e jurados estão inseridos no mundo com e pela linguagem. Juiz e jurados são seres-no-mundo, condenados inexoravelmente a interpretar os fenômenos do mundo. E para interpretar, é necessário compreender, sendo que, para compreender, é imprescindível a pré-compreensão. Somos, pois, seres hermenêuticos. Interpretamos a partir da tradição. O sentido já vem antecipado pela compreensão, donde se conclui que o intérprete (juiz ou jurado) não contempla o mundo, para depois lhe dar um sentido. Intérprete e texto, intérprete e fenômeno, estão, desde sempre, jogados na mesma linguisticidade.⁷⁹

Ocorre que, no júri brasileiro, regido pelo sistema de íntima convicção, sequer há exigência do compartilhamento da motivação, razão ou justificativa do jurado para condenar ou absolver alguém. Por isso, o juízo de reprovabilidade da conduta exercido pelo magistrado precisa ser comedido, capaz de sustentar a imparcialidade judicial e de respeitar a competência do conselho de sentença para o julgamento da causa.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

⁷⁸ STRECK, op. cit., p. 91.

⁷⁹ Ibidem, p. 91.

Nucci, defende a nulidade relativa da decisão de pronúncia que revelar um excesso de linguagem:

Em nosso entendimento, há nulidade relativa em relação à decisão de pronúncia, devendo outra ser prolatada, quando houver exagero do juiz, pois não se justificaria estar, nos autos, uma peça considerada válida e, ao mesmo tempo, impedir-se qualquer das partes de a utilizarem na sua exposição em plenário. Porém, é certo que, havendo pronúncia em termos exagerados, mas não exibida aos jurados, apesar de constar dos autos, inexistiu prejuízo, logo, não há necessidade de se anular o processo.⁸⁰

Da mesma forma não pode haver excesso de fundamentação na despronúncia, que é acórdão proferido pelo tribunal para pronunciar o acusado, em razão de recurso de apelação interposto pela acusação em face da decisão de impronúncia proferida pelo juiz singular.

Isso, porém, não significa que deve o magistrado esquivar-se da análise dos requisitos legais da autoria e materialidade suficientes ao pronunciamento ao júri. Aramis Nassif assertivo sobre o tema: “a motivação da pronúncia é condição de sua validade, e não vício que lhe suprima eficácia, limitando-a, contudo, em intenção e extensão, a sua natureza específica”.⁸¹

Em razão de sua competência, o tribunal do júri atrai o julgamento dos crimes conexos para si. Na opinião de Nucci, os delitos conexos não devem passar pela análise de admissibilidade na pronúncia, mas tão somente na denúncia.⁸²

Entretanto, o argumento da competência absoluta do júri não deve ser usado para levar ao plenário os casos em que os elementos de prova sejam claros quanto a inocorrência do suposto crime conexo.

Acerca da coautoria e participação, Nucci⁸³ afirma que o juiz não pode imputar coautoria e participação ao mesmo acusado na pronúncia, no intuito de que, na fase de quesitação, se o acusado não for condenado por coautoria que ao menos o seja por participação. Isto feriria a plenitude de defesa. Se houver dúvida razoável na pronúncia se houve coautoria ou participação, para o autor, o juiz deve optar pela participação. Caso não, poderá induzir o jurado

⁸⁰ NUCCI, op. cit., p. 95.

⁸¹ NASSIF, 2008, APUD NUCCI, 2015, p. 87.

⁸² NUCCI, op. cit., p. 103.

⁸³ Ibidem, p. 105.

à erro acerca do nível de interferência do acusado, a depender da modalidade de concurso de pessoas ocorrida no fato em julgamento.

A Lei nº 11.689/2008 alterou a redação do artigo que tratava da pronúncia. A nova redação, exposta no *caput* do art. 413 do CPP, foi modificada de “dando os motivos do seu convencimento” para “fundamentadamente”. Ou seja, o legislador ordinário tratou de reforçar expressamente no Código de Processo Penal o dever de motivação das decisões judiciais estabelecido na Carta Magna.

Conforme Nucci⁸⁴, proferir um pronunciamento ao júri não é fácil, sobretudo pela dificuldade em ser imparcial em relação ao juízo de mérito, entretanto, os excessos de linguagem na fundamentação acarretam grande influência no julgamento do jurado.

Deve haver maior rigor na fundamentação da decisão de pronúncia, pois é nela onde o juiz togado fará a análise do preenchimento dos requisitos para julgamento em plenário. O magistrado deve cuidar dos excessos de linguagem para que os cidadãos estranhos ao Direito, escolhidos para formar o conselho de sentença, não tomem como verdade absoluta o eventual e indevido juízo de reprovabilidade feito pelo juiz togado, que, para todos os efeitos, é a figura representante da justiça e imparcialidade.

Além disso, a impronúncia não deve ser tratada como uma decisão excepcional. A competência do júri para julgamento dos crimes dolosos contra a vida convive com o filtro de admissibilidade aplicado pelo magistrado na primeira fase do procedimento. No capítulo sobre “Valoração da prova na decisão de pronúncia” o tema da fundamentação será retomado.

⁸⁴ NUCCI, op. cit., p. 136.

2. O PROBLEMA DA DÚVIDA NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

Como visto, a escolha do legislador em dedicar uma fase para a confirmação da admissibilidade da acusação diferencia sensivelmente o júri dos demais procedimentos processuais penais que, via de regra, restringem o juízo de admissibilidade da acusação ao recebimento da peça acusatória, seja ela a queixa-crime ou a denúncia.

No processo, os fatos debatidos são acompanhados por provas. A produção de provas não é a passagem para o conhecimento da verdade ontológica, mas é por meio dessa atividade que se busca reconstruir no presente o fato ocorrido no passado.

Na pronúncia, como já discutido, o juiz togado precisa verificar se o conjunto probatório colhido na instrução até o momento satisfaz algum lastro probatório mínimo para o convencimento da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria e de participação. Esse juízo restringe-se à confirmação da admissibilidade da acusação, sendo vedado o ingresso na discussão sobre o mérito, pois esta cabe ao conselho de sentença.

A pronúncia é tratada antecipadamente como uma decisão *in dubio pro societate*. Nos casos de dúvida razoável acerca da ocorrência de um fato e da preponderância ou não de prova sobre a autoria e participação, o pronunciamento do acusado tem imperado. Mesmo não sendo levantada a dúvida razoável, o pronunciamento ocorre com base no *in dubio pro societate*. A doutrina e a jurisprudência há tempos aplicam o brocardo *in dubio pro societate*, que exerce conflito com outras duas orientações aplicadas ao processo penal: o princípio da presunção de inocência e o *in dubio pro reo*.

2.1 *In dubio pro reo* e *in dubio pro societate*

In dubio pro reo é uma expressão advinda do latim, com uso comum no direito brasileiro, cujo significado é “na dúvida, a favor do réu”. Previsto no Código de Processo Penal e, para parte da doutrina no art. 5º, LVII, CRFB, trata-se de um princípio de extrema importância ao sistema acusatório e ao Estado Democrático de Direito.

O *in dubio pro reo* é uma regra de julgamento, fruto da interpretação da norma, aplicada nas decisões onde a prova colhida permitiu uma dúvida razoável acerca da materialidade do

fato ou da autoria ou participação do suposto crime. Em outras palavras, quando há dúvida razoável, em respeito ao sistema acusatória do processo penal brasileiro e a garantia constitucional de presunção de inocência, o juiz deve decidir em favor do acusado.

Nos casos onde persiste a dúvida razoável, o ônus de produzir prova é da acusação (Ministério Público ou querelante), que deverá demonstrar a culpabilidade do acusado. Gustavo Badaró explica que “Há ônus quando o exercício de uma faculdade é condição para se obter uma determinada situação de vantagem ou para impedir uma situação desvantajosa.”⁸⁵

Para Badaró, o juiz decidirá quem se desincumbiu ou não de seu encargo probatório, entretanto, *a priori*, por força da presunção de inocência, princípio norteador do processo penal brasileiro, o ônus da prova recai todo sobre a acusação que, ao longo do processo, buscará se desincumbir desse ônus.⁸⁶ Segundo Flávio Mirza, afirmar que o ônus da prova precipuamente incumbe à acusação significa dizer que “o réu apenas se opõe à pretensão acusatória, não lhe compete fazer nenhuma contraprova, pois a ele é possível negar, ainda que sem fundamento algum, o que desejar”⁸⁷.

Antônio Magalhães Gomes Filho elencou as consequências da regra do *in dubio pro reo*:

a) a incumbência do acusador de demonstrar a culpabilidade do acusado (pertence-lhe com exclusividade o ônus dessa prova); b) a necessidade de comprovar a existência dos fatos imputados, não de demonstrar a inconsistência das desculpas do acusado; c) tal comprovação deve ser feita legalmente (conforme o devido processo legal); d) impossibilidade de se obrigar o acusado a colaborar na apuração dos fatos (daí o seu direito ao silêncio).

No âmbito do tribunal do júri, especialmente ao final do juízo de confirmação da admissibilidade da acusação, como visto, o juiz deve levar em conta o convencimento da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria e participação para pronunciamento ao júri. Nesta primeira fase, muitos magistrados brasileiros costumam inverter a lógica do processo penal no caso de dúvida razoável – que ensejaria a aplicação do *in dubio pro reo* - aplicando o *in dubio pro societate* para pronunciar o acusado.

⁸⁵ BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 169.

⁸⁶ Ibidem, p. 184.

⁸⁷ MIRZA, Flávio. Processo justo: o ônus da prova à luz dos princípios da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, v. 5. p. 551.

Em sua obra sobre o júri, Lênio Streck inicia sua análise sobre o *in dubio pro societate* observando que a pronúncia cria uma situação inusitada. Por tratar-se de decisão declaratória, não pode adentrar no mérito da causa. Basta olhar a jurisprudência dos tribunais superiores para ver que “o juiz, na pronúncia (que é meramente declaratória), mesmo que parem dúvidas quanto ao fato de ser ou não o réu o autor do fato criminoso, manda-lo-á a júri.”⁸⁸

Para Renato Brasileiro é descabida a aplicação do *in dubio pro societate* como regra de julgamento na decisão de pronúncia:

Referindo-se o art. 413, *caput*, do CPP ao *convencimento da materialidade do fato*, depreende-se que, em relação à materialidade do delito, deve haver prova plena de sua ocorrência, ou seja, deve o juiz ter certeza de que ocorreu um crime doloso contra a vida. Portanto, é inadmissível a pronúncia do acusado quando o juiz tiver dúvida em relação à existência material do crime, sendo descabida a invocação do *in dubio pro societate* na dúvida quanto à existência do crime.⁸⁹

Rafael Fecury Nogueira⁹⁰ localiza na política jurídica a discussão acerca da adoção do critério do *in dubio pro reo* ou do *in dubio pro societate* no âmbito da decisão de pronúncia. Um Estado deve decidir se pressupõe a culpa ou a ausência dela para aquele que ainda não teve seus status criminal definitivamente decidido. Nesse sentido, sobre a aplicação da regra de julgamento *in dubio pro reo*, Renato Brasileiro foi categórico ao ponderar consequências do erro de condenar um inocente: “Não havendo certeza, mas dúvida sobre os fatos em discussão em juízo, inegavelmente é preferível a absolvição de um culpado à condenação de um inocente, pois, em um juízo de ponderação, o primeiro erro acaba sendo menos grave que o segundo.”⁹¹

Uma discussão importante é a que confronta a natureza do *in dubio pro reo* com a do *in dubio pro societate*. O *in dubio pro reo* desdobra-se da presunção de inocência, prevista no art. 5º, LVII, da CRFB, e é um princípio processual penal consolidado em diversos artigos do CPP, ao passo que o *in dubio pro societate* não supera o equívoco de uma construção que não se extrai das fontes do direito brasileiro. Sobre isso, Felix e Leonel prelecionam:

Nesse mesmo sentido, Yuri Felix e Juliano Leonel sustentam que não existe no ordenamento jurídico brasileiro o princípio do *in dubio pro societate*, uma vez que não

⁸⁸ STRECK, op. cit., p. 111.

⁸⁹ LIMA, op. cit., 1470.

⁹⁰ NOGUEIRA, op. cit., 204.

⁹¹ LIMA, op. cit., p. 48.

estaria expressamente previsto em lugar algum, nem ao menos poderia se encontrar de forma implícita. Já o *in dubio pro reo* decorre inegavelmente da presunção de inocência e, portanto, ao final da primeira fase do Júri, deveria também ser reconhecido a fim de evitar que acusações levianas sejam levadas ao plenário popular.⁹²

Aos que insistem em classificar o *in dubio pro societate* como um princípio processual penal aplicado à pronúncia resiste um questionamento: como pode conviver dentro de um mesmo ordenamento jurídico ideias totalmente contraditórias, como o *in dubio pro reo* e o *in dubio pro societate* sem que isso gere uma contradição?

O princípio da presunção de inocência, à medida que reforça a ideia de ampla defesa, elimina essa “antinomia” persistente na fase do pronunciamento do acusado. O princípio é um mandado de otimização que assume determinado grau de cumprimento. O comando estabelecido no princípio deve ser realizado da melhor maneira possível, mas repercute em diferentes graus de cumprimento, a depender das possibilidades fáticas e jurídicas do problema.

Assim, ainda que equivocadamente a presunção de inocência seja relativizada, sob o argumento de que o *standard* de prova exigido na pronúncia é inferior ao exigido em uma sentença penal condenatória, porque esta faz juízo de mérito e aquela juízo de confirmação de admissibilidade, a presunção de inocência, enquanto mandado de otimização do processo penal brasileiro não pode ser afastada a ponto de, no caso de dúvida razoável, preferir o encaminhamento do acusado para o julgamento pelo conselho de sentença do que absolvê-lo, impronunciá-lo ou desclassificar o crime.

O *in dubio pro societate* desafia o devido processo, a presunção de inocência e a garantia individual de liberdade, uma vez que relativiza a valoração da prova em uma decisão no processo penal com a consequência de prejudicar o acusado. Nesta linha de pensamento, Zveibil afirma que “quem admite a validade das parênticas *in dubio pro reo* e *in dubio pro societate* e a suposta oposição entre elas, com a devida licença ignora a inexorável finalidade constitucional do processo penal - ou pelo menos nega-se, não sabemos o porquê, a colocá-la em prática.”⁹³

⁹² FELIX; LEONEL, 2017 APUD TOMBINI, Christian Penido. 2019. **A prova necessária e suficiente para a decisão de pronúncia ante a Constituição Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/16346/1/000496119-Texto%20completo-0.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020. p. 34.

⁹³ ZVEIBIL, op. cit., p. 283.

Portanto, mesmo que os juízes togados do júri não apliquem o *in dubio pro reo* na pronúncia com a mesma intensidade que acontece (ou deveria acontecer) em uma sentença criminal, não deveria criar-se um falso antagônico (o *in dubio pro societate*), adotado pelos tribunais superiores e por parte da doutrina⁹⁴ na forma da tese de inaplicabilidade absoluta do princípio do *in dubio pro reo* no momento da pronúncia.

2.2 *In dubio pro societate*

In dubio pro societate é uma expressão advinda do latim que pode ser traduzida como “na dúvida, a favor da sociedade”. No judiciário brasileiro tem aplicação comum na primeira fase do procedimento do tribunal.

Conforme parte da doutrina processual penal⁹⁵, o *in dubio pro societate* afirma-se como uma inversão do princípio do *in dubio pro reo*. Como visto, o *in dubio pro reo* determina que quando houver uma dúvida razoável deve decidir-se em favor do acusado. O *in dubio pro societate*, mais do que definir que quando houver uma dúvida razoável a decisão será feita contra o acusado, determina que a regra ao final da primeira fase do procedimento do júri seja a pronúncia, independentemente de uma fundamentação mínima.

Nucci, ao contrário, discordando de que o *in dubio pro societate* seja um princípio, tratou de defini-lo em sua obra sobre o júri:

Em suma, não há um autêntico *princípio* denominado *in dubio pro societate*, mas uma expressão de cunho didático, que serve para enaltecer a passagem de uma fase de formação da culpa a uma fase de apreciação do mérito. E nessa transição há de ter um critério, consubstanciado em juízo de mera admissibilidade da imputação, sem toque de mérito, mas que garanta, minimamente, a materialidade do delito e os indícios suficientes de autoria.⁹⁶

A expressão *in dubio pro societate* é equivocado já na sua terminologia. Não se pode afirmar que uma decisão em desfavor do acusado é em favor da sociedade, ou que necessariamente representa o interesse desta. Tal pressuposição é fruto de uma lógica de política

⁹⁴ BONFIM, Edilson Mongeut. **Júri:** do inquérito ao plenário. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 181.

⁹⁵ Ibidem. p. 181.

⁹⁶ NUCCI, op. cit., p. 84.

de segurança pública que alarma dados de criminalidade e compartilha com os cidadãos o dever de combate à impunidade.

Nessa lógica, o *in dubio pro societate* privilegia o interesse social em detrimento do interesse individual do acusado. Desde a nomenclatura o *in dubio pro societate* quer fazer crer que em nome da segurança coletiva a sociedade prefere condenar um inocente do que absolver um culpado, sobretudo em se tratando de possíveis autores de crimes dolosos contra a vida, quando na verdade, segundo Zveibil, “necessariamente devemos admitir a premissa básica (e óbvia) de que à sociedade não interessa nem condenar o inocente, tampouco absolver o culpado”⁹⁷.

No âmbito do júri, o brocardo provocou o esvaziamento do sentido da decisão de pronúncia. A pronúncia cumpre (ou deveria cumprir) o papel de confirmar que a acusação é admissível, conforme os critérios do art. 413, *caput*, CPP. Nesse sentido, Nucci elucidou:

É preciso cessar, de uma vez por todas, ao menos em nome do Estado Democrático de Direito, a atuação jurisdicional frágil e insensível, que prefere *pronunciar* o acusado, sem provas firmes e livres de risco. Alguns magistrados, valendo-se do criativo brocardo *in dubio pro societate* (na dúvida, decide-se em favor da sociedade), remetem à apreciação do tribunal do júri as mais infundadas causas – aquelas que, fosse ele o julgador, certamente, terminaria por absolver. Ora, se o processo somente comporta a absolvição do réu, imaginando-se ser o juiz togado o competente para a apreciação do mérito, por que o jurado poderia condenar? Dir-se-ia: porque, até o julgamento em plenário, podem surgir provas mais concretas. Nesse caso, restaria sem solução a finalidade da instrução prévia. Esta perderia completamente a sua razão de ser. Melhor seria que, oferecida a denúncia ou queixa, instruída com o inquérito ou outras provas, o juiz designasse, diretamente, o plenário ao júri.⁹⁸

O STJ frisou em acórdão o caráter perfunctório⁹⁹ da decisão de pronúncia, contribuindo para a perda da sua função, para o esvaziamento de seu sentido:

A decisão de pronúncia tem por escopo a admissibilidade da acusação de prática de crime doloso contra a vida, remetendo o caso à apreciação do Tribunal do Júri. Por sua natureza perfunctória, prevalece nessa fase o princípio *in dubio pro societate*,

⁹⁷ ZVEIBIL, op. cit., p. 283.

⁹⁸ NUCCI, op. cit., p. 79-80.

⁹⁹ PERFUNCTÓRIO. 1. Que dura pouco. = leve, passageiro ≠ duradouro, permanente. 2. Que é pouco importante ou pouco aprofundado. = ligeiro, superficial ≠ profundo. 3. Que se faz só por se dizer que se fez e não por necessidade ou com algum fim útil. ≠ essencial, indispensável. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática. Online. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/perfunct%C3%B3rio>. Acesso em: 25.09.2020.

segundo o qual se preserva as elementares do tipo penal a serem submetidas à avaliação dos jurados, dispensando-se fundamentação exauriente.¹⁰⁰

A jurisprudência brasileira é sólida em favor da aplicação do *in dubio pro societate* não só como regra de julgamento no caso de resistir à prova uma dúvida razoável, mas como um verdadeiro princípio amenizador do dever de fundamentação da decisão de pronúncia. Isto é, para os tribunais superiores quando a prova dos autos não demonstrarem preenchidos os requisitos mínimos para pronúncia, quer sejam, o convencimento da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o magistrado poderá, sem sequer alegar a dúvida razoável, pronunciar com base no *in dubio pro societate*.

Outro argumento bastante utilizado em prol do uso do *in dubio pro societate* na pronúncia é de que, quando o magistrado faz uma análise na primeira fase do procedimento, deve ele buscar direcionar a questão para o constitucionalmente competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Com esse entendimento, decidiu o STF:

O acórdão recorrido se encontra consentâneo com o entendimento desta Corte, no sentido de que na sentença de pronúncia deve prevalecer o princípio *in dubio pro societate*, não existindo nesse ato qualquer ofensa ao princípio da presunção de inocência, porquanto tem por objetivo a garantia da competência constitucional do Tribunal do Júri.¹⁰¹

Christian Penido Tombini sobre o uso corriqueiro do *in dubio pro societate* faz uma crítica sutil à extrema simplificação do raciocínio do magistrado na decisão de pronúncia que se apoia no brocardo:

Observa-se, reiteradamente, que a invocação do *in dubio pro societate* tornou praxe automatizada. As decisões judiciais, em todas as instâncias, destacam o aforisma ao

¹⁰⁰ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5. Turma). **Habeas Corpus nº 583.439/PR**. Habeas Corpus substituto de recurso ordinário. Inadequação da via eleita. Homicídio simples. Decisão de pronúncia. Desclassificação. Necessidade de revolvimento de fatos e provas. Habeas Corpus não conhecido. Impetrante: Francisco Pimentel de Oliveira. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 14 de setembro de 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 01 out. 2020.

¹⁰¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº RE 986.566**. Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Criminal. Art. 5º, LVII, da CF. Ausência de prequestionamento, Súmulas 282 e 356/STF. Reapreciação de norma infraconstitucional e do conjunto fático-probatório. Súmula 279/STF. Sentença de pronúncia. *In dubio pro societate*. Violação do princípio da presunção de inocência. Não ocorrência. Agravo regimental a que se nega provimento. Agravante: Alexandre Alves dos Santos. Agravado: Ministério Público do Estado do Sergipe. Relator: Min. Ricardo Lewandowski, 30 de agosto de 2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur372249/false>. Acesso em: 01 out. 2020.

se referirem à decisão de pronúncia como se se tratasse de uma operação lógica, isto é, em havendo dúvida, pronuncia-se o acusado.¹⁰²

Aury Lopes Jr. sobre a aplicação do *in dubio pro societate* como regra de julgamento para o pronunciamento do acusado ao julgamento em plenário afirma:

Não se pode admitir que os juízes pactuem com acusações infundadas, escondendo-se atrás de um princípio não recepcionado pela Constituição, para, burocraticamente, pronunciar réus, enviando-lhes para o Tribunal do Júri e desconsiderando o imenso risco que representa o julgamento nesse complexo ritual judiciário.¹⁰³

Guilherme Nucci, por sua vez, revela a falta de tecnicidade do *in dubio pro societate* também:

É fácil, na sequência, perceber que a expressão *in dubio pro societate* não exhibe o menor sentido técnico. Em tema de direito probatório, afirmar-se: ‘na dúvida, em favor da sociedade’ consiste em absurdo lógico-jurídico. Veja-se: em face da contingente dúvida, sem remédio, no tocante à prova – ou melhor, imaginada incerteza – decide-se em prol da sociedade.¹⁰⁴

O *in dubio pro societate* é, portanto, um equivocado critério de decisão, consolidado pela jurisprudência brasileira, para aplicação na decisão de pronúncia quando, pela presença de uma dúvida razoável, o conjunto probatório não preencher os requisitos do art. 413, *caput*, CPP, em total desrespeito ao dever de motivação das decisões e à regra do *in dubio pro reo*, decorrente da presunção de inocência, norteadora de todo o processo penal brasileiro.

2.3 Presunção de inocência

O princípio da presunção de inocência (ou da não culpabilidade) é um princípio reitor do processo penal brasileiro. A presunção de inocência tem amparo constitucional, no art. 5º, LVII, da CRFB e convencional, no art. 11, 1, da DUDH¹⁰⁵.

¹⁰² TOMBINI, op. cit., p. 34.

¹⁰³ LOPES Jr., op. cit., p. 733.

¹⁰⁴ NUCCI, op. cit., p. 83-84.

¹⁰⁵ **Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.** Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 set. 2020.

O termo inocência foi inserido como contraposição à ideia de culpa, estendida a diversos ramos da sociedade, inclusive o direito, desde o surgimento das religiões¹⁰⁶. Segundo Ana Carolina Filippon Stein, no contexto de Revolução Francesa, pela primeira vez, a presunção de inocência foi afirmada como princípio, por meio do art. 9º da DDHC¹⁰⁷, como fruto de uma relação estabelecida entre cidadão e Estado, onde este deveria garantir àquele algum mecanismo de proteção frente às arbitrariedades:

Se de um lado o Estado passa a ser o titular do exercício do poder de punir, tomando para si a competência exclusiva para a aplicação da pena, de outro passa a ter o dever de proteção e regência da sociedade, imprimindo mecanismos aptos a contribuir para a sua estabilidade e evolução.¹⁰⁸

Ferrajoli¹⁰⁹ defende que a presunção de inocência é um imperativo do Estado Democrático de Direito em prol da garantia individual de liberdade, à medida que protege o cidadão das arbitrariedades punitivas. Para o autor:

*cada vez que un imputado tiene razón para temer a un juez, quiere decir que éste se halla fuera de la lógica del estado de derecho: el miedo, y también la sola desconfianza y la no seguridad del inocente, indican la quiebra de la función misma de la jurisdicción penal y la ruptura de los valores políticos que la legitiman.*¹¹⁰

Beccaria, influenciado pela racionalidade iluminista, afirma a presunção de inocência como valor individual quando diz que “Um homem não pode ser considerado culpado antes da sentença do juiz; e a sociedade só lhe pode retirar a proteção pública depois que seja decidido ter ele violado as condições com as quais tal proteção lhe foi concedida”¹¹¹.

¹⁰⁶ STEIN, Ana Carolina Filippon. 2017. **O juízo da pronúncia e seus dilemas probatórios**: A (im)possibilidade de coexistência entre indícios suficientes de autoria, presunção de inocência e *in dubio pro societate*. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Universidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. *E-book*. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/12141/1/000489321-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 15. jun. 2020. p. 17.

¹⁰⁷ **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789**. Inspirada na declaração da independência americana de 1776 e no espírito filosófico do século XVII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 marca o fim do Antigo Regime e o início de uma nova era. Expressamente visada pela Constituição da Vª República, hoje ela faz parte de nossos textos de referência. França [1789]. Disponível em: https://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html. Acesso em: 27 set. 2020.

¹⁰⁸ STEIN, op. cit., p. 20.

¹⁰⁹ FERRAJOLI, APUD LOPES Jr, 2014, p. 143.

¹¹⁰ Ibidem, p. 143.

¹¹¹ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução: Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 41.

Após a reforma do Código de Processo Penal pela Lei nº 11.689/2008¹¹², o art. 413, §3º, do CPP exigiu expressamente a motivação para a decretação da prisão do acusado na pronúncia. De acordo com Francisco Fernández Segado, “o direito constitucional de liberdade não impõe aos juízes a obrigação de benevolência. Antes, impõe o dever de decretar prisões com responsabilidade, na medida exata da necessidade, devidamente justificada.”¹¹³

Na Assembleia Constituinte de 1988, a política brasileira, marcada por uma ditadura que ocupou trinta e cinco anos da história, precisou corrigir suas próprias arbitrariedades no que diz respeito à liberdade, alocando a presunção de inocência no rol das cláusulas pétreas, elencada no art. 5º, LVII, CRFB, como uma garantia individual do acusado do cometimento de um crime. O início da redemocratização do país, portanto, marca o fim, ao menos legal, do estado de presunção de culpa. Com base nisso, Tourinho Filho tece importante crítica ao desrespeito à presunção de inocência pelos juízes após a promulgação da Constituição de 1988:

Nos períodos de exceção, todos criticam a política autoritária e ficam, aos quatro ventos, clamando por liberdade, por democracia. Mas, quando cessa o período ditatorial, e o País se reencontra com a democracia e a liberdade, e os nossos constituintes elaboram leis que vêm ao encontro dos anseios libertários, proclamando plena publicidade do processo, paridade absoluta dos direitos e poderes da Acusação e Defesa, infranqueabilidade do domicílio (a não ser em casos excepcionais de perigo ou mediante ordem judicial), a inadmissibilidade das provas obtidas ilicitamente, o *due processo of law*, a presunção de inocência, é de todo injustificável e inadmissível venha a Justiça – e logo a Justiça – a caminhar para o lado oposto, no sentido de retorno à época das construções político-ditatoriais, pondo o processo, que é instrumento de defesa das liberdades individuais, a serviço de propósitos políticos autoritários.¹¹⁴

Para Flávio Mirza, no direito pátrio a presunção de inocência assume duas acepções: a primeira como regra processual que desobriga o acusado de produzir provas de sua inocência, uma vez que ela é presumida até o limite temporal da sentença penal condenatória transitada em julgado; e a segunda como regra de tratamento, fazendo com que a restrição da liberdade do acusado seja excepcional.¹¹⁵

¹¹² BRASIL. **Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008**. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm. Acesso em: 7 mai. 2020.

¹¹³ SEGADO, 2001 APUD CARVALHO, 2014, p. 194.

¹¹⁴ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**, v. 1, 32. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 93-94.

¹¹⁵ MIRZA, op. cit., p. 543.

No que diz respeito à prisão, a presunção de inocência milita em favor da liberdade, como filtro à mentalidade autoritária impregnada nos subscientes mesmo no sistema processual penal acusatório, como resquício das práticas do sistema processual penal inquisitivo, onde ao magistrado cabia a função de sujeito do processo, dotado de muitos poderes instrutórios.

Já em relação ao tema da prova, o princípio da presunção de inocência exerce repercussão no ônus da prova. De acordo com Mirza, o ônus da prova “é um encargo a ser desincumbido pelo próprio sujeito ativo (e em seu proveito)”¹¹⁶.

Segundo Luis Grandinetti Carvalho¹¹⁷, o ônus da prova subdivide-se em dois: o ônus da prova subjetivo, que corresponde à repartição de encargos de provar entre as partes; o ônus da prova objetivo, que equivale a regra de julgamento adotada pelo tomador da decisão quando a repartição de encargos entre as partes não surtir o efeito esperado.

Acerca do ônus da prova subjetivo do acusado, Badaró explica que nos casos de dúvida razoável sobre fato no processo penal, por força da presunção de inocência, valerá a regra de julgamento do *in dubio pro reo*:

Já com relação ao acusado, que também possui interesse individualizável na persecução penal, seria possível admitir que, se ele não se desincumbisse da produção da prova dos fatos que lhe são favoráveis, haveria um prejuízo. Estaria aí configurado o ônus subjetivo do acusado. Contudo, diante do *in dubio pro reo*, que é a regra de julgamento que vigora no campo penal, o acusado jamais poderá ser prejudicado pela dúvida sobre um fato relevante para a decisão do processo, ao menos nos casos de ação penal condenatória. Embora seja admissível que a atividade do acusado seja regida por um ônus probatório, no processo penal em que vigora a presunção de inocência, tal encargo é atribuído, com exclusividade, ao acusador.¹¹⁸

O ônus objetivo da prova é identificado por Badaró como “a regra de julgamento consubstanciada no *in dubio pro reo*, como manifestação da presunção de inocência”.¹¹⁹ Seria, portanto, não um ônus semanticamente, mas uma regra objetiva de julgamento, que não representa o interesse pessoal de uma parte, uma vez que é fruto do estado de inocência presumido na Carta Magna.

¹¹⁶ Ibidem, p. 541.

¹¹⁷ CARVALHO, op. cit., p. 196.

¹¹⁸ BADARÓ, op. cit., p. 240.

¹¹⁹ Ibidem, p. 241.

Gustavo Badaró conclui a distinção entre ônus da prova subjetivo e objetivo diferenciando os sujeitos: “Enquanto o ônus da prova subjetivo dirige-se às partes, o ônus objetivo da prova toca ao juiz, identificando-se com a “regra de julgamento” a ser aplicada pelo juiz quando permanecer em dúvida no momento do julgamento.”¹²⁰

Compartilhando de semelhante entendimento, Aury Lopes Jr. define que a presunção de inocência “é um dever de tratamento imposto – primeiramente – ao juiz, determinando que a carga da prova seja inteiramente do acusador (pois, se o réu é inocente, não precisa provar nada) e que a dúvida conduza inexoravelmente à absolvição”¹²¹.

Alexandra Vilela faz uma associação consequencial entre o *in dubio pro reo* e a presunção de inocência:

O *in dubio* está directamente ligado à questão da produção da prova e da distribuição do ônus da prova, por um lado, e que, por outro lado, uma das mais importantes consequências da presunção de inocência se revela na não necessidade do arguido provar a sua inocência para ser absolvido, concluindo-se, em consequência que ambos os princípios actuam sobre o mesmo campo, neste caso o da prova.¹²²

Parte da doutrina defende que nos casos em que a defesa alega alguma excludente de ilicitude ou de culpabilidade, a responsabilidade de produzir prova caberá ao acusado. Ao contrário, Mirza¹²³ assevera que mesmo nesses casos o ônus da prova no processo penal atuará em desfavor da acusação, diferentemente da sistemática aplicada ao processo civil.

Portanto, a presunção de inocência, cuja aplicação é cogente, impera de igual modo em todo o processo penal, uma vez que ela “*actúa siempre que deba adoptarse una resolución, judicial o administrativa, que se base en la condición o conducta de las personas y de cuya apreciación se derive um resultado punitivo, sancionador o limitativos de sus derechos*”¹²⁴. Por sua força imperativa, não cabe ao magistrado afastar por sua própria conta e risco a aplicação de presunção de inocência, um princípio que norteia o valor da liberdade num Estado de Direito.

¹²⁰ BADARÓ, op. cit., p. 178.

¹²¹ LOPES Jr., op. cit., p. 145.

¹²² VILELA, 2000 APUD MIRZA, p. 551.

¹²³ MIRZA, op. cit., p. 555.

¹²⁴ RODRÍGUEZ, 2000 APUD MIRZA, p. 556.

Afinal, de acordo com Geraldo Prado, “a existência de uma liga entre verdade, prova e processo penal configura condição de possibilidade de um processo penal conformado aos mandamentos do estado de direito e nesses termos a presunção de inocência constitui o princípio reitor do processo penal.”¹²⁵

Assim, na fase de admissibilidade da acusação no procedimento dos crimes dolosos contra a vida, especificamente no âmbito da decisão de pronúncia, o acusado também parte necessariamente do estado de inocência até que o acusador consiga provar a materialidade e a autoria (e participação) no nível que se é exigido nesta fase do procedimento do júri para pronunciamento do acusado.

2.4 (In)Convencionalidade, (in)constitucionalidade e (i)legalidade do *in dubio pro societate*

O brocardo *in dubio pro societate* não foi consagrado no texto de nenhuma legislação aplicada ao Direito brasileiro. Por outro lado, ele foi acolhido de maneira vasta na jurisprudência e em parte da doutrina¹²⁶.

Rafael Fecury Nogueira¹²⁷ atribui ao Supremo Tribunal Federal a inserção e o uso do brocardo no Brasil, na década de 1950, por meio de dois julgamentos: no primeiro a Corte Suprema presumiu a culpabilidade quando definiu que durante o processo o imputado deveria permanecer preso com base na “presunção *pro-societate*”¹²⁸ da procedência da acusação; no segundo o STF decidiu que para a decretação da medida provisória de prisão preventiva não era requisito a certeza da autoria, mas apenas sua fundada suspeita, pois prevaleceria na apreciação das provas o *in dubio pro societate*.

Mesmo em ordenamentos jurídicos estrangeiros onde o *in dubio pro societate* é acionado, há uma dificuldade em apontar o seu registro em lei. Segundo Nogueira, “do ponto de vista

¹²⁵ GIACOMOLLI, José Nereu; SILVEIRA, Edson Damas da; PRADO, Geraldo; VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Prova Penal**: Estado Democrático de Direito. Rio de Janeiro: Empório do Direito, 2015. p. 14.

¹²⁶ Sobre a recepção do *in dubio pro societate* na doutrina, ver também Mongeut Filho (2012).

¹²⁷ NOGUEIRA, op. cit., p. 209-210.

¹²⁸ Ibidem, p. 209.

legislativo, não se tem qualquer notícia da inscrição desse brocardo em qualquer diploma legal de qualquer país em qualquer época”¹²⁹.

Vez ou outra depara-se com a referência ao *in dubio pro societate* como um princípio. Embora não seja requisito do princípio processual que se constitua em norma jurídica, é preciso que ele seja uma ideia fundamental que ajuda a constituir o arcabouço do ordenamento jurídico¹³⁰. Assim, apesar da inexigibilidade de positivação para que seja considerado um princípio, o *in dubio pro societate* jamais poderia confundir-se com um, por não representar um valor social erigido ao patamar de mandado de otimização no contexto do processo penal constitucional.

Antonini, na contramão da naturalização do *in dubio pro societate* como um princípio, classificou-o como um brocardo¹³¹, explicando o significado do termo com referência à Benjamin de Oliveira Filho:

Benjamin de Oliveira Filho, em sua consagrada obra Introdução à ciência do direito (Rio de Janeiro, 1957), já reduziu os brocardos à sua real dimensão, dando-os como "perfeitamente inadequados à vera interpretação da lei", sempre sendo possível a um brocardo "opor um outro princípio perfeitamente contraditório ou antitético."¹³²

Zveibil¹³³ refere-se ao *in dubio pro societate* como um adágio¹³⁴. Há quem exponha o *in dubio pro societate* como uma falácia: júri é uma garantia individual do acusado, assim, para Walfredo Cunha Campos¹³⁵, o *in dubio pro societate* não supera o *status* de uma falácia, uma vez que desempenha o papel de permitir ao magistrado pronunciar a julgamento pelo conselho de sentença, mesmo naqueles casos com ausência ou falha dos elementos de convicção.

¹²⁹ Ibidem, p. 207.

¹³⁰ CARVALHO, op. cit., p. 36.

¹³¹ BROCARDO. 1. Axioma jurídico. 2. Anexim; máxima; aforismo. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática. Online. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/brocardo>. Acesso em: 20.09.2020.

¹³² OLIVEIRA FILHO, Benjamin de apud ANTONINI, José Roberto. Requisitos da pronúncia: a autoria do crime. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 756, p. 465-468, out. 1998. p. 465.

¹³³ ZVEIBIL, op. cit.

¹³⁴ ADÁGIO. Espécie de provérbio que recorda com seriedade o que é usual. = máxima, sentença. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: Priberam Informática. Online. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/ad%C3%A1gio>. Acesso em: 20.09.2020.

¹³⁵ CAMPOS, W. C. A falácia do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia. **IBCCRIM**. Disponível em: <https://wp.ibccrim.org.br/artigos/164-julho-2006/a-falacia-do-in-dubio-pro-societate-na-decisao-de-pronuncia/>. Acesso em: 2 out. 2020.

Fato é que os juízes de direito que consolidaram vasta jurisprudência nos tribunais pátrios utilizando o *in dubio pro societate* como ferramenta de correção de deficiências na análise do acervo probatório e na motivação da decisão de pronúncia, jamais apontaram o parâmetro legal do qual decorre o brocardo.

No processo penal brasileiro, Casara e Melchior remetem a uma hipótese de surgimento do adágio *in dubio pro societate*, como fruto da influência fascista anterior ao Código de Processo Penal de 1940, vigente, com reformas, até hoje:

Ao encarar os réus em processo criminal como inimigos da sociedade, e conferir ao processo penal “status” (ou afirmar o mito) de instrumento de repressão e controle social, passamos a criar personagens (juízes como órgãos de segurança pública e predestinados a dar a resposta esperada à sociedade) e princípios que não guardam origem em qualquer diploma legal ou construção doutrinária, sendo desconhecida a sua fonte, como é o caso do chamado “princípio do *in dubio pro societate*.”¹³⁶

No ordenamento jurídico onde vigora o princípio constitucional da presunção de inocência, especificado em diversos dispositivos da Lei Processual Penal, inclusive pela regra de julgamento do *in dubio pro reo*, não encontra legitimidade a presunção de culpa no *judicium accusationis* (invocação do *in dubio pro societate*). Assim, inexistente fonte de direito legítima do *in dubio pro societate* mesmo fora da legislação.

Rafael Fecury Nogueira¹³⁷ alega ainda a invalidade do *in dubio pro societate*, pois não se pode construir um brocardo com prerrogativa de aplicação no âmbito da prova, em que uma de suas principais premissas resida no âmbito da competência. O argumento de que o *in dubio pro societate* existe para manutenção da competência constitucional do povo para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, contraria a possibilidade dada pela lei do juiz togado exercer a impronúncia e, principalmente, a absolvição sumária. Inválida é a presunção de culpa imposta pelo *in dubio pro societate* no momento da confirmação da admissibilidade da acusação, sob a justificativa de respeito à competência do júri.

Portanto, o *in dubio pro societate* não encontra positividade no Direito Processual Penal, no Direito Constitucional e no Direito Internacional, pois, respectivamente, não há dispositivo

¹³⁶ CASARA; MELCHIOR, 2013 APUD STEIN, 2017, p. 25.

¹³⁷ NOGUEIRA, op. cit., p. 220-224.

que o preceitue em lei ordinária, na Constituição da República Federativa do Brasil ou em Convenção Internacional.

3. VALORAÇÃO DA PROVA NA PRONÚNCIA

Como visto, o *in dubio pro societate* é um brocardo jurídico cuja consequência é o desvirtuamento do papel da decisão de pronúncia no processo penal brasileiro. Uma vez que se ignora o requisito da previsão normativa e contraria a regra de julgamento do *in dubio pro reo*, o *in dubio pro societate* enfraquece a presunção de inocência antes da sentença penal condenatória transitada em julgado, que é o momento em que ela se encerra.

O processo penal brasileiro, regido pelo sistema de avaliação da prova com base no livre convencimento motivado, adotou a racionalidade e a lógica como critérios para valoração da prova, garantidos constitucionalmente por meio do direito à prova e do dever de motivação das decisões judiciais.

No juízo de confirmação da admissibilidade da acusação, apesar de não se tratar de uma análise meritória, a avaliação da prova requer uma racionalidade vinculada aos dispositivos legais e adequada às garantias constitucionais do acusado. Assim, o estudo crítico do *in dubio pro societate* relaciona-se com a discussão sobre a valoração da prova na decisão de pronúncia.

3.1 Materialidade

A materialidade do fato é a prova da existência do fato, não do crime. Entretanto, para Nogueira¹³⁸ falar em “materialidade” é um equívoco, porque só há materialidade do crime que deixa vestígios, motivo pela qual melhor seria o emprego do termo “existência”, como era antes da alteração do CPP pela Lei 11.689/08.

A produção de prova da materialidade do fato ao longo da instrução no *judicium accusationis* está sujeita ao exercício do contraditório pelas partes, ao contrário da investigação que culmina na denúncia. Devem ser produzidos meios de prova capazes de embasar o convencimento do magistrado sobre a materialidade do fato. Nesse sentido, Nucci orienta que:

atinge-se a materialidade por meio direto (exame de corpo de delito, que constitui o exame do cadáver por peritos) ou indireto (testemunhas narram o momento da

¹³⁸ NOGUEIRA, op. cit, p. 139.

agressão e o resultado, com imensa probabilidade de ter havido morte, como o caso de se atirar alguém abismo abaixo)¹³⁹.

Preencher o requisito da materialidade de um fato na primeira fase do rito dos crimes dolosos contra a vida implica dizer que o magistrado, ao final do sumário da culpa, por meio da análise da totalidade dos elementos de prova reunidos, estará convencido da ocorrência do fato típico. Mais adiante será debatida a controvérsia sobre o convencimento ou o nível de convencimento necessário ao juiz.

3.2 Autoria

A doutrina brasileira exige mera indicação dos indícios de autoria e participação para pronunciamento do acusado ao conselho de sentença. Segundo Renato Brasileiro, o termo indícios assume dois significados no direito: prova indireta e prova semiplena. A prova indireta é uma espécie do gênero prova, assim como a prova direta. Ele afirma que na primeira fase do júri a palavra indício equivale a prova semiplena, que seria uma prova de menor valor persuasivo.¹⁴⁰

Sobre o indício, Yuri Azevedo afirma que “como prova semiplena, ou seja, uma prova de menor valor persuasivo é oriundo da própria dificuldade em se elaborar o raciocínio da prova indireta, na medida em que quanto mais forem os raciocínios inferenciais, mais fatores influenciarão no resultado de prova obtido.”¹⁴¹ Compreendendo ser esse o sentido da expressão indícios no *caput* do art. 413, do CPP, para o pronunciamento basta que seja verificada a existência de provas com menor valor persuasivo da autoria ou participação na conduta típica.

Nucci estabelece que a “autoria demanda a prova direta (testemunhas narram ter visto o crime e apontam o réu como o autor) ou indireta (colhem-se indícios suficientes de que o

¹³⁹ NUCCI, op. cit., p. 83.

¹⁴⁰ Cf. Brasileiro de Lima: “Apesar de grande parte da doutrina silenciar acerca do assunto, é importante ressaltar que a palavra *indício* é usada no Código de Processo Penal com dois sentidos distintos: 127 **a) prova indireta:** a palavra *indício* deve ser compreendida como uma das espécies do gênero prova, ao lado da prova direta, funcionando como um dado objetivo que serve para confirmar ou negar uma asserção a respeito de um fato que interessa à decisão judicial. É exatamente nesse sentido que a palavra *indício* é utilizada no art. 239 do CPP; **b) prova semiplena:** elemento de prova mais tênue, com menor valor persuasivo. É com esse significado, aliás, que a palavra *indício* é utilizada no art. 413, *caput*, assim como nos arts. 126 e 312, todos do CPP.” LIMA, op. cit., p. 1469.

¹⁴¹ AZEVEDO, Yuri. VASCONCELOS, Caroline Regina Oliveira. **Ensaio sobre a cadeia de custódia das provas no processo penal brasileiro**. Florianópolis: Empório do Direito, 2017. p. 69.

acusado é o autor)”¹⁴². No capítulo “*Standard* probatório para pronunciamento ao júri” será discutida essa suficiência de indícios de autoria e participação para a pronúncia.

3.3 Qualificadoras

Nucci¹⁴³ preleciona que, no que diz respeito à valoração probatória das circunstâncias qualificadoras do crime no juízo de confirmação da admissibilidade da acusação, o juiz deve encontrar um meio-termo para afirmar a presença da qualificadora, se houver, atendo-se à expressa demonstração superficial da sua coerência com os demais elementos de prova levantadas ao decorrer da instrução.

A omissão das qualificadoras não deve ser regra no pronunciamento ao julgamento pelo conselho de sentença, mas deve ao menos haver uma menção de quais são elas na pronúncia, para possibilitar à defesa técnica estratégias para combatê-las em plenário. De acordo com Nucci, “as qualificadoras, quando aceitas, precisam ser especificadas no contexto fático, de modo a permitir à defesa uma completa visão do que a aguarda no plenário do Tribunal do Júri, quando o órgão acusatório sustentar a sua tese.”¹⁴⁴

Assim, resiste o questionamento se as qualificadoras devem ser ao menos mencionadas na pronúncia, sob a garantia do exercício da plenitude de defesa ou se incluí-las na pronúncia cria uma situação pior ao acusado, que ingressa na segunda fase do procedimento pronunciado por um crime cuja pena será maior que a do crime simples, sem qualificadoras.

3.4 *Standard* probatório para pronunciamento ao júri

O abandono do sistema de prova tarifada pelo sistema da livre convicção exigiu do magistrado a adoção de critérios racionais de valoração da prova. Passou a exigir-se que a decisão judicial fosse motivada com base na lógica e na racionalidade. Janaina Matida Roland associou o dever de fundamentação com a transparência acerca dos critérios de racionalidade da prova adotados pelo juiz:

¹⁴² NUCCI, op. cit., p. 83.

¹⁴³ Ibidem, p. 97.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 102.

É preciso que o julgador compartilhe o seu raciocínio (espera-se, criterioso) primeiramente com as partes, tornando-lhes possível a discordância e, frente a ela, a interposição do recurso cabível, assim como também é imprescindível sua disposição ao controle da sociedade (caso seja necessário).¹⁴⁵

Existe uma relação indissociável entre prova e decisão que resulta na necessidade de um controle epistêmico que passa pela admissão, produção, valoração e decisão. Aqui vislumbra-se a apresentação de alguns *standards* probatórios para o momento decisório ao final da primeira fase do rito dos crimes dolosos contra a vida.¹⁴⁶

Embora Rafael Fecury Nogueira afirme que a jurisprudência brasileira não utiliza os critérios de *standard* probatório¹⁴⁷, Aury Lopes Jr. e Mauricio Zanoide de Moraes vislumbram que quando o constituinte consagrou na Constituição Federal o princípio da presunção de inocência e, em decorrência, o *in dubio pro reo* fez-se uma opção legal e política pelo *standard* da prova além da dúvida razoável no processo penal brasileiro.¹⁴⁸

De acordo com Jordi Ferrer Beltrán, “os *standards* representam as escolhas éticas feitas pelo legislador na tarefa de distribuir o risco das decisões equivocadas”¹⁴⁹, isto é, a ideia de distribuição de erros judiciais entre as partes vai determinar o *standard* probatório a ser adotado (condenar um inocente ou absolver um culpado).

O direito inglês anglo-saxão, da tradição da *common law*, estabelece padrões de *standards* probatórios apresentam: prova mais provável que sua negação (*more probable than not*); prova clara e convincente (*clear and convincing evidence*); preponderância da prova (*preponderance of the evidence*); prova além da dúvida razoável (*beyond a reasonable doubt*).¹⁵⁰ Para o estudo de *standards* probatórios no âmbito da pronúncia é importante conceituar os três últimos.

O *standard* da preponderância da prova é geralmente aplicado ao processo civil, onde, via de regra, não existe prevalência de uma parte sobre a outra. Entretanto, pode ser aplicado a

¹⁴⁵ MATIDA, Janaina Roland. 2009. **O problema da verdade no processo:** a relação entre fato e prova. Dissertação (Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 76.

¹⁴⁶ LOPES Jr., Aury; MORAES, Mauricio Zanoide de. Sobre o uso do *standard* probatório no processo penal, **Conjur**, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/limite-penal-uso-standard-probatorio-processo-penal>. Acesso em: 01 out. 2020.

¹⁴⁷ NOGUEIRA, op. cit., p. 149.

¹⁴⁸ MORAES, Mauricio Zanoide de; LOPES Jr., Aury, op. cit.

¹⁴⁹ FERRER BELTRÁN, 2007 APUD ROLAND, 2009, p. 88.

¹⁵⁰ NOGUEIRA, op. cit., 138-151.

algumas decisões interlocutórias do processo penal. Esse *standard* probatório define que a parte alcançará o êxito quando a quantidade de prova produzida por ela for capaz de apontar que é mais provável proceder o alegado do que não.¹⁵¹

O *standard* de prova além da dúvida razoável é, como visto, o padrão tradicionalmente adotado pelo processo penal. É o mais alto grau de *standard* probatório. Com base nele o juiz não pode possuir uma dúvida que seja razoável para fundamentar a culpabilidade do acusado, pois a sentença penal condenatória no processo penal deve estar além de qualquer dúvida razoável. A razão desse *standard* é a manutenção de uma liberdade para aquele que é perseguido criminalmente.¹⁵²

A dúvida razoável, entretanto, não apresenta um significado claro. Embora, William Trickett defenda que a dúvida razoável “não deve ser imaginada, deve ser a dúvida que surja da prova dos autos”¹⁵³, Michele Taruffo, sobre o conceito de dúvida razoável, elucidou a grande complexidade:

O exato significado desse critério é incerto. A definição de dúvida razoável é tudo menos clara e as tentativas de lhe dar uma quantificação não produziram nenhum resultado. Se trata de um *standard* probatório no qual a aplicação não é certamente simples e que deixa numerosas as incertezas.¹⁵⁴

O *standard* da prova clara e convincente atua entre a mera probabilidade exigida no *standard* da prova da preponderância da prova e a certeza plena exigida no *standard* da prova além da dúvida razoável. É um modelo de constatação que exige a alta probabilidade.¹⁵⁵

Ao contrário do sistema legal, onde a lei e a jurisprudência determinavam como valorar cada meio de prova, no sistema do livre convencimento motivado nenhuma prova vale mais que a outra, pois cabe ao juiz expor o raciocínio que percorreu na avaliação do conjunto probatório.

¹⁵¹ Ibidem, p. 138-151

¹⁵² NOGUEIRA, op. cit., p. 138-151.

¹⁵³ TRICKETT, 1906 APUD NOGUEIRA, 2012, p. 148.

¹⁵⁴ TARUFFO, 2009 APUD NOGUEIRA, 2012, p. 148.

¹⁵⁵ NOGUEIRA, op. cit., p. 138-151.

Conforme Rafael Fecury Nogueira, cada decisão deve ter um *standard* de prova, ou seja, um *quantum* mínimo de prova a ser alcançado para a efetivação da decisão.¹⁵⁶ A ideia de decisão baseada em *standard* probatório é a redução e a distribuição de erros judiciais entre as partes, isto é, se ao final do processo criminal é mais aceitável uma condenação falsa (condenação de um inocente) ou uma absolvição falsa (absolvição de um culpado).¹⁵⁷

Por meio do exercício do contraditório e da ampla defesa no processo penal, as partes desenvolvem seus interesses através da produção de prova, que varia de acordo com os meios de prova (ou meios de obtenção de prova). Na discussão sobre presunção de inocência realizada neste trabalho, verificou-se que o ônus da prova age em favor do acusado, isto é, no caso de dúvida razoável, o juiz deve decidir contra a acusação.

Embora Eugênio Pacelli¹⁵⁸ afirme que, com base numa interpretação mais literal do Código de Processo Penal, ao final do sumário da culpa basta um convencimento e não uma certeza absoluta acerca da materialidade do fato. Para Gustavo Badaró, a análise da prova da materialidade do fato, ou seja, da ocorrência do fato típico¹⁵⁹, exige o alcance do *standard* da certeza, por meio de prova plena do mesmo modo que na sentença penal condenatória.¹⁶⁰

Assim, quanto à materialidade do fato, na decisão de pronúncia o juiz deve alcançar o *standard* da prova além da dúvida razoável. Isso porque o legislador processual penal cuidou de criar um filtro exercido pelo juiz para que o julgamento do mérito do crime doloso contra a vida não chegue ao julgamento pelo povo sem que haja certeza plena sequer da materialidade do fato.

No caso de dúvida acerca da materialidade do fato, em respeito ao *in dubio pro reo* consubstanciado no art. 414, *caput*, do CPP, a impronúncia é a decisão que deverá ser tomada pelo juiz do sumário da culpa.¹⁶¹

¹⁵⁶ Ibidem, p. 139.

¹⁵⁷ Cf. Nogueira: “A resposta a essa indagação determinará o *standard* de prova para aquela decisão, pois, se a absolvição falsa for mais aceitável entre as duas hipóteses se terá um *quantum* de prova mais exigente e difícil de ser cumprido, enquanto que, ao contrário, se a condenação falsa for preferível entre ambas, o *standard* de prova será menos exigente e, consequentemente, mais fácil de ser alcançado.” NOGUEIRA, op. cit., p. 140.

¹⁵⁸ OLIVEIRA, op. cit., p. 715.

¹⁵⁹ Segundo Nogueira, o “fato” mencionado no *caput* do art. 413, do CPP é o fato típico e não o fato criminoso, assim, indiferente é a análise dos elementos constitutivos da ilicitude e da culpabilidade. NOGUEIRA, op. cit., p. 157.

¹⁶⁰ BADARÓ, op. cit., p. 393.

¹⁶¹ Ibidem, p. 393.

O dever de motivação da decisão judicial irá impor ao juiz togado necessidade de fundamentação da pronúncia, que, no que diz respeito à materialidade, não poderá ignorar a razoável incerteza acerca da ocorrência do fato mediante invocação do brocardo *in dubio pro societate*. Assim, deverá haver prova plena da materialidade do fato, caso contrário, segundo Nogueira¹⁶² a decisão de pronúncia corre o risco de igualar-se ao recebimento da denúncia:

A decisão de pronúncia não pode ser um novo recebimento da denúncia em relação à exigência da comprovação da existência do fato como se não tivesse ocorrido uma instrução processual. Assim, não havendo a prova da existência do fato imputado, falece a justa causa para o envio do feito a julgamento popular. Ademais, não se pode correr o risco de levar a julgamento popular uma acusação em que a existência do fato imputado não é certa e nem isenta de dúvidas, pois, a partir disso, abre-se a possibilidade de condenação sem essa prova.¹⁶³

Já o *standard* para afirmação da existência de indícios suficientes de autoria e participação não é um tema pacífico na doutrina. Da interpretação do art. 413, CPP a doutrina conclui que para a autoria e participação aplica-se um *standard* probatório que não exige a certeza, mas uma probabilidade, com base na avaliação de provas semiplenas (indícios) no sentido da acusação da autoria. Não há entre prova indiciária (no sentido de prova semiplena) e prova direta distinção em relação à natureza (ambas são espécies de prova) ou força probante, mas sim em relação ao fato que cada uma delas possibilita conhecer.

É pacífico que na autoria e participação a prova deve apontar uma probabilidade, com base na análise racional dos indícios. Entretanto, como bem observou Nogueira¹⁶⁴, não há um consenso acerca do grau de probabilidade exigido, o que dificulta a definição de um *standard* probatório para a autoria e participação delitiva. Mais que isso, se o juízo de recebimento da denúncia - que tem por função a inauguração da ação penal - limita-se ao mero juízo de probabilidade, assim, não pode o juízo de confirmação de admissibilidade da acusação submeter-se ao mesmo *standard* probatório da denúncia.

¹⁶² NOGUEIRA, op. cit., p. 156.

¹⁶³ Ibidem, p. 156.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 158.

Conforme Nogueira, a valoração da prova da autoria e participação no júri, ou seja, a valoração da prova indiciária, “passa pela questão fundamental do raciocínio lógico-inferencial que se elabora entre o fato-indício e o fato que se deseja provar no processo”¹⁶⁵.

Para o autor, em matéria de autoria e participação, na pronúncia verifica-se então, que a possibilidade da ocorrência do fato e de sua autoria seja maior que a de sua inoccorrência. Isto é, o *standard* para autoria situa-se no espectro entre o *standard* da preponderância da prova e o *standard* da prova além da dúvida razoável, tendente a afastar-se da mera probabilidade para que consiga satisfazer o escopo da decisão de pronúncia e estabeleça um rigor maior que o exigido no recebimento da denúncia.¹⁶⁶

Brasileiro diferenciou o *standard* probatório exigido para a materialidade e para autoria e participação ao final do sumário da culpa:

Na medida em que o próprio *caput* do art. 413 se refere ao convencimento da materialidade, percebe-se que, no tocante à existência do delito, exige-se um juízo de certeza quando da pronúncia. No tocante à autoria, todavia, exige o Código de Processo Penal apenas a presença de *indícios suficientes* de autoria. Em outras palavras, em relação à autoria ou participação, não se exige que o juiz tenha certeza, bastando que conste dos autos elementos informativos ou de prova que permitam afirmar, no momento da decisão, a existência de indício suficiente, isto é, a probabilidade de autoria.¹⁶⁷

Sobre as qualificadoras, Streck¹⁶⁸ percebeu que a jurisprudência majoritária só defende o afastamento das qualificadoras sustentadas na denúncia quando manifestamente improcedentes, isto é, quando houver uma certeza inafastável da sua procedência. O risco é grave: pronunciar uma qualificadora com base em uma jurisprudência que se construiu *in dubio pro societate* acarreta no risco de transformar um homicídio simples em um homicídio qualificado, ainda que não haja procedência da qualificadora.

Apesar da ilegitimidade do *in dubio pro societate*, a jurisprudência e a doutrina definem que as qualificadoras, em regra, acompanharão a exposição de motivos da pronúncia e, somente

¹⁶⁵ Ibidem, p. 167.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 169-180.

¹⁶⁷ LIMA, op. cit., 1469.

¹⁶⁸ STRECK, op. cit., p. 111.

se houver uma dúvida inafastável, ou seja, mais que razoável, não serão pronunciadas. Deve ser feita ao menos a exposição de motivos pela qual as qualificadoras foram apontadas.¹⁶⁹

Enquanto no recebimento da denúncia basta que o juiz verifique que a justa causa foi preenchida pela existência de indícios razoáveis de autoria e da prova da materialidade, na pronúncia requer a certeza plena da existência do fato acrescida da alta probabilidade da autoria ou participação. Afinal, remeter um indivíduo ao julgamento por seus pares pelo cometimento de um crime doloso contra a vida (*status* de pronunciado) é um constrangimento maior que a assumir a condição de acusado (*status* de denunciado).

Assim, o *standard* probatório para o pronunciamento do acusado ao júri, com a compatibilidade aos requisitos legais para a pronúncia e respeito às garantias constitucionais, será preenchido quando (i) o conjunto de provas apontar para a certeza plena da ocorrência do fato típico; e (ii) o grau de probabilidade da autoria e da participação for bom, isto é, houver uma preponderância de provas semiplenas indicando nem a possibilidade, nem a certeza, mas a alta probabilidade da autoria ou participação.

3.5 O precedente do Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.067.392/CE

No dia 2 de julho de 2020, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal publicou acórdão de julgamento do Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.067.392/CE de relatoria do Ministro Gilmar Mendes que concedeu *habeas corpus*, de ofício, reestabelecendo decisão de impronúncia para dois acusados que foram impronunciados pelo juiz de 1º grau, em sede de apelação, pronunciados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Veja-se a ementa do acórdão na íntegra:

Penal e Processual Penal. 2. Júri. 3. Pronúncia e standard probatório: a decisão de pronúncia requer uma preponderância de provas, produzidas em juízo, que sustentem a tese acusatória, nos termos do art. 414, CPP. 4. Inadmissibilidade *in dubio pro societate*: além de não possuir amparo normativo, tal preceito ocasiona equívocos e desfoca o critério sobre o standard probatório necessário para a pronúncia. 5. Valoração racional da prova: embora inexistam critérios de valoração rigidamente definidos na lei, o juízo sobre fatos deve ser orientado por critérios de lógica e racionalidade, pois a valoração racional da prova é imposta pelo direito à prova (art. 5º, LV, CF) e pelo dever de motivação das decisões judiciais (art. 93, IX, CF). 6. Critérios de valoração utilizados no caso concreto: em lugar de testemunhas

¹⁶⁹ Cf. Nucci, “do mesmo modo que precisa o juiz fundamentar o seu convencimento em relação à materialidade e à autoria, necessita expor os motivos que o levam a manter eventuais qualificadoras constantes da denúncia.” NUCCI, op. cit., p. 97.

presenciais que foram ouvidas em juízo, deu-se maior valor a relato obtido somente na fase preliminar e a testemunha não presencial, que, não submetidos ao contraditório em juízo, não podem ser considerados elementos com força probatória suficiente para atestar a preponderância de provas incriminatórias. 7. Dúvida e impronúncia: diante de um estado de dúvida, em que há uma preponderância de provas no sentido da não participação dos acusados nas agressões e alguns elementos incriminatórios de menor força probatória, impõe-se a impronúncia dos imputados, o que não impede a reabertura do processo em caso de provas novas (art. 414, parágrafo único, CPP). Primazia da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF e art. 8.2, CADH). 8. Função da pronúncia: a primeira fase do procedimento do Júri consolida um filtro processual, que busca impedir o envio de casos sem um lastro probatório mínimo da acusação, de modo a se limitar o poder punitivo estatal em respeito aos direitos fundamentais. 9. Inexistência de violação à soberania dos veredictos: ainda que a Carta Magna preveja a existência do Tribunal do Júri e busque assegurar a efetividade de suas decisões, por exemplo ao limitar a sua possibilidade de alteração em recurso, a lógica do sistema bifásico é inerente à estruturação de um procedimento de júri compatível com o respeito aos direitos fundamentais e a um processo penal adequado às premissas do Estado democrático de Direito. 10. Negativa de seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário. Habeas corpus concedido de ofício para restabelecer a decisão de impronúncia proferida pelo juízo de primeiro grau, nos termos do voto do relator.¹⁷⁰

A ação penal trouxe a problemática da construção jurídica para a aplicação do brocardo *in dubio pro societate*. O juízo Vara Única da Comarca de Fortim pronunciou um entre três acusados da prática do crime de homicídio, fundamentando a impronúncia dos outros dois com base na ausência de indícios de autoria do fato típico.

Na investigação e na instrução prévia na primeira fase do procedimento do tribunal do júri, as testemunhas oculares foram ouvidas acerca do fato. A maioria delas afirmou que viu apenas um dos três acusados (o que foi pronunciado desde o início) arremessar uma pedra contra a vítima e, em seguida, desferir golpes e empregar o uso de uma faca para matar a vítima, que teria capturado da própria.

Entretanto, três testemunhas, sendo duas delas a esposa e a mãe da vítima, relataram que os dois acusados impronunciados concorreram para o crime. Os parentes da vítima, testemunhas não oculares do fato, limitaram-se à reprodução da narrativa da vítima, recordando tão somente que havia mais de uma pessoa jogando pedras em sua direção e que acredita tratar-se dos três denunciados. Já a outra testemunha, que somente prestou depoimento em sede policial, não produzindo o contraditório em juízo, narrou que os três acusados estão envolvidos no fato em discussão, apesar de não ter visto quem efetivamente arremessou as pedras na direção da vítima.

¹⁷⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). **Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.067.392/CE**. Recorrente: Cleiton Cavalcante, José Reginaldo da Silva Cordeiro. Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator: Min. Gilmar Mendes, 02 de julho de 2020. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur427698/false>. Acesso em: 01 out. 2020.

O magistrado de primeiro grau privilegiou o depoimento das testemunhas oculares em detrimento das testemunhas de segundo grau, uma vez que o depoimento das testemunhas que presenciaram o fato em discussão tende a ser mais fiel à realidade, isto é, inspira maior credibilidade, confiança. Além disso, um maior número de testemunhas afirmou que somente um dos três pronunciados arremessou pedras na direção da vítima.

Em sede de apelação, o Ministério Público do Estado do Ceará pleiteou pela reforma das decisões de impronúncia de dois acusados, para que o juízo criminal pronunciasse também esses dois. Conforme alegado pelo *parquet*, a prova consistiu no depoimento prestado pela mãe da vítima, que não presenciou os fatos, mas tão-somente “ouviu dizer” da própria vítima momentos antes do seu falecimento no hospital que ambos impronunciados também arremessaram pedras.

O TJ-CE admitiu que, no juízo de confirmação da admissibilidade da acusação vigora o *in dubio pro societate*. Assim, o tribunal afirmou a existência de indícios suficientes de autoria e participação e pronunciou os dois acusados impronunciados pelo juiz de direito, apesar da maioria dos elementos de prova apontarem para a não autoria do homicídio. O fundamento do acórdão foi a prevalência do *in dubio pro societate* na pronúncia:

Importa destacar que a impronúncia somente é autorizada se não houver quaisquer indícios de autoria e prova da materialidade no crime sob investigação. Caso contrário, ainda que haja elementos a sustentar tanto a tese da defesa como a da acusação, prevalecerá o princípio *in dubio pro societate*, cabendo ao Conselho de Sentença decidir sobre o mérito.” Ceará. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.¹⁷¹

Em sede de agravo em recurso extraordinário, o Ministro Relator Gilmar Mendes, em seu voto, apontou a necessidade de uma teoria de valoração racional da prova. Para o Relator, com a migração do sistema de custódia de prova com critérios completamente vinculados para um sistema que admite o livre convencimento motivado do juiz, o magistrado de primeiro grau, aquele que julga os fatos, recebeu uma grande discricionariedade. Ele alega que essa abertura para uma maior discricionariedade do juiz pode levar a decisões arbitrárias e que, por isso, é

¹⁷¹ Ceará. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. **Apelação nº 0008910-91.2011.8.06.0000**. Penal. Processual Penal. Homicídio qualificado. Impronúncia. Apelação crime. Recurso ministerial. Pleito de pronúncia. Cabimento. Presença da materialidade e indícios de autoria. Imposição de submissão das teses ao tribunal do júri. 2ª Câmara Criminal. Relatora: Min. Francisca Adelineide Viana, 2 de dezembro de 2013. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Apelado: Cleiton Cavalcante Jose Reginaldo da Silva.

necessária uma teoria racionalista da prova, apesar de não haver na legislação e jurisprudência brasileiras critérios claros acerca da valoração racional probatória. Não deve ser eleito um *standard* probatório tão baixo para a autoria e participação na pronúncia ao ponto de testemunhos de “ouvir-dizer” colhidos na fase preliminar no sentido da tese acusatória prevalecerem em detrimento de depoimentos coerentes entre si feitos por testemunhas oculares.

Para o Relator, a primeira fase do procedimento consiste em “um mecanismo de verificação dos fatos imputados criminalmente pela acusação em que um julgador togado, técnico e com conhecimentos em Direito, analisa a acusação e as provas produzidas para determinar se há base mínima para autorizar o juízo pelos jurados leigos.”

Segundo o Relator, o que controla a prova no ordenamento jurídico pátrio é a exigência de motivação da decisão e o direito à prova, constitucionalmente previstos. Para adotar um modelo de teoria racionalista da prova, antes o legislador pátrio precisa definir quais são os *standards* de prova. Segundo Gilmar Mendes, o *standard* de prova: “Trata-se de níveis de convencimento ou de certeza, que determinam o critério para que se autorize e legitime o proferimento de decisão em determinado sentido. E o ponto central é que o atendimento a tal *standard* deve ser controlável intersubjetivamente.”

O acórdão é paradigmático justamente por buscar um critério racional para a valoração da prova da autoria e participação no âmbito da decisão de pronúncia. Mais que isso, convida os magistrados a corrigirem o desvio que representa a aplicação do *in dubio pro societate*, uma vez que o Supremo Tribunal Federal reconheceu “a lógica confusa e equivocada ocasionada pelo suposto princípio”, resgatando a função da pronúncia e afastando o falso argumento de violação da competência constitucional para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

CONCLUSÃO

No Estado Democrático de Direito, os Direitos Penal e Processual Penal são constantemente testados pelas realidades complexas, de modo que, as proteções legais conferidas ao sujeito que é acusado por cometer um crime submetem-se à anseios políticos e sociais obscuros, que não encontram respaldo jurídico, quando não são, até mesmo, contrários à norma vigente.

Como visto, o uso do *in dubio pro societate* como regra de julgamento no final do juízo de confirmação da admissibilidade da acusação no júri acarreta: (i) no constrangimento de acusados que sem prova digna ocupam o rol dos pronunciados; (ii) na desvalorização dos jurados que, muitas vezes, deparam-se com o julgamento de causas sem um lastro probatório mínimo; (iii) na perda da função das decisões de pronúncia e impronúncia; e (iv) no abarrotamento das pautas dos tribunais do júri pelo país.

A defesa de um maior rigor racional e lógico no ato decisório protagonizado pelo juiz togado ao final da primeira fase do procedimento do tribunal do júri busca, afinal, a redução da cruel injustiça que representa o erro judiciário da condenação de um inocente. Os valores elencados no processo penal brasileiro, construído com base nos direitos e garantias fundamentais estabelecidas na Carta Magna torna a absolvição de um culpado um dano menor que a condenação de um inocente.

A eleição de *standard* de prova adequado à decisão de pronúncia não deve fazer remeter à prova legal, do antigo sistema de prova tarifada, mas sim estimular os juízes a construírem uma jurisprudência com racionalidade mais transparente. Um processo penal imparcial e não autoritário perpassa pela motivação compromissada do magistrado, materializada na fundamentação das decisões.

Nesse sentido, há de ser superada a invocação do *in dubio pro societate* como regra de julgamento saneadora dos vícios de fundamentação da decisão de pronúncia. A ausência de previsão legal, constitucional e convencional do adágio culminam na sua total ilegitimidade no processo penal brasileiro.

O argumento de que o adágio deve ser aplicado sob o pretexto de manter a competência constitucional do povo para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é inválido, pois o uso do *in dubio pro societate* no lugar do *in dubio pro reo* traz a discussão para o campo da prova e não da competência.

Os argumentos em prol da desmistificação do *in dubio pro societate* não se confundem com uma “bandeira” em prol da extinção do tribunal do júri ou uma violação à soberania dos vereditos, pelo contrário, busca aumentar a credibilidade da instituição, reforçando estratégias para que seja realizada a justiça no caso concreto, nas duas fases do procedimento.

Por fim, a valoração racional da prova, com base nos critérios legais, tendo sempre como princípio norteador a presunção de inocência e o subprincípio do *in dubio pro reo*, parece ser um caminho para afastar o ultrapassado e descabido *in dubio pro societate*, e consequentemente, resgatar a função da decisão de pronúncia (e também de impronúncia) no procedimento dos crimes dolosos contra a vida, reafirmando o estado de liberdade como padrão.

REFERÊNCIAS

ANTONINI, José Roberto. Requisitos da pronúncia: a autoria do crime. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 756, p. 465-468, out. 1998.

AZEVEDO, Yuri. VASCONCELOS, Caroline Regina Oliveira. **Ensaio sobre a cadeia de custódia das provas no processo penal brasileiro**. Florianópolis: Empório do Direito, 2017. 236 p.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. **Ônus da prova no processo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 156-393.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução: Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. 144 p.

BENTO, Patricia Stucchi. **O enfoque constitucional da decisão de pronúncia**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. *E-book*. p. 14-19.

BONFIM, Edilson Mongeut. **Júri**: do inquérito ao plenário. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 181.

BRASIL. **Decreto de 18 de junho de 1822**. Crêa Juizes de Facto para julgamento dos crimes de abusos de liberdade de imprensa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-18-6-1822-2.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro: Imperador [1824]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Lei de 20 de setembro de 1830**. Rio de Janeiro: Imperador [1830]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37987-20-setembro-1830-565654-publicacaooriginal-89402-pl.html. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Lei de 29 de novembro de 1832**. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Rio de Janeiro: Imperador [1832]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841**. Reformando o Código do Processo Criminal. Rio de Janeiro: Imperador [1841]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM261.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 562, de 2 de julho de 1850**. Marca os crimes que devem ser processados pelos Juizes Municipaes, e julgados pelos Juizes de Direito. Rio de Janeiro: Imperador [1850].

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-562-2-julho-1850-559720-publicacaooriginal-82069-pl.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.033, de 20 de setembro de 1871**. Rio de Janeiro: Princesa Imperial Regente [1871]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2033.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 848. 11 de outubro de 1890**. Organiza a Justiça Federal. Rio de Janeiro: Presidente Provisório [1890]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D848.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro: Presidente do Congresso [1891]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro: Presidente da República [1934]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro: Presidente da República [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 167, de 5 de janeiro de 1938**. Regula a instituição do Juri. Rio de Janeiro: Presidente da República [1938]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0167.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro: Presidente da República [1941]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm 1941. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro: Presidente da República [1946]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1967**. Brasília: Congresso Nacional [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008**. Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11689.htm. Acesso em: 7 mai. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). **Recurso em Habeas Corpus nº 109.068**. Constitucional e Processual Penal. Habeas Corpus. Homicídio doloso (CP, art. 121). Pronúncia. Excesso de linguagem: afirmações peremptórias indicando a autoria. Nulidade. Vedação, durante os debates, de referência à pronúncia (CP, art. 478, I). Garantia de acesso aos autos pelos jurados e, obviamente, ao conteúdo da pronúncia (CPP, art. 480, §3º). Possibilidade de serem influenciados pelo excesso verbal do magistrado. Violação à competência do tribunal do júri. Recorrente: Antônio André de Souza, José Ribamar Pereira. Recorrido: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Min. Luiz Fux, 14 de março de 2012. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur205869/false>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). **Agravo em Recurso Extraordinário nº 1.067.392/CE**. Agravante: Cleiton Cavalcante, José Reginaldo da Silva Cordeiro. Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará. Relator: Min. Gilmar Mendes, 02 de julho de 2020. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur427698/false>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº RE 986.566**. Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Criminal. Art. 5º, LVII, da CF. Ausência de prequestionamento, Súmulas 282 e 356/STF. Reapreciação de norma infraconstitucional e do conjunto fático-probatório. Súmula 279/STF. Sentença de pronúncia. In dubio pro societate. Violação do princípio da presunção de inocência. Não ocorrência. Agravo regimental a que se nega provimento. Agravante: Alexandre Alves dos Santos. Agravado: Ministério Público do Estado do Sergipe. Relator: Min. Ricardo Lewandowski, 30 de agosto de 2017. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur372249/false>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5. Turma). **Habeas Corpus nº 583.439/PR**. Habeas Corpus substituto de recurso ordinário. Inadequação da via eleita. Homicídio simples. Decisão de pronúncia. Desclassificação. Necessidade de revolvimento de fatos e provas. Habeas Corpus não conhecido. Impetrante: Francisco Pimentel de Oliveira. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 14 de setembro de 2020. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 01 out. 2020.

CAMPOS, W. C. A falácia do *in dubio pro societate* na decisão de pronúncia. **IBCCRIM**. Disponível em: <https://wp.ibccrim.org.br/artigos/164-julho-2006/a-falacia-do-in-dubio-pro-societate-na-decisao-de-pronuncia/>. Acesso em: 2 out. 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 25 Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. *E-book*. p. 51-70., 825-835.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Processo Penal e Constituição: princípios constitucionais do processo penal**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 36-54, 159-162, 187-202.

Ceará. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. **Apelação nº 0008910-91.2011.8.06.0000**. Penal. Processual Penal. Homicídio qualificado. Impronúncia. Apelação crime. Recurso ministerial. Pleito de pronúncia. Cabimento. Presença da materialidade e indícios de autoria. Imposição de submissão das teses ao tribunal do júri. 2ª Câmara Criminal. Relatora: Min. Francisca Adelineide Viana, 2 de dezembro de 2013. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Apelado: Cleiton Cavalcante Jose Reginaldo da Silva.

CHIARADA NETO, F. A pronúncia e sua natureza. **Doutrinas Essenciais Processo Penal**, São Paulo, v. 4, p. 143-152, jun/2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Levantamento dos Presos Provisórios do País e Plano de Ação dos Tribunais. **CNJ**, Brasília, DF, 23 fev. 2017. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais/>. Acesso em: 18 jul. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Diagnóstico das ações penais de competência do tribunal do júri**. Brasília: CNJ, 2019. 41 p. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/553b50f521d5d129f155d820729b8464_4bde6f567b21f4790c5b11e4aedf1d92.pdf. Acesso em: 18. jul. 2020. p. 30

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Inspirada na declaração da independência americana de 1776 e no espírito filosófico do século XVII, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 marca o fim do Antigo Regime e o início de uma nova era. Expressamente visada pela Constituição da Vª República, hoje ela faz parte de nossos textos de referência. França [1789]. Disponível em: https://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html. Acesso em: 27 set. 2020.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 set. 2020.

DELMANTO JÚNIOR, Roberto. Considerações a respeito do ato decisório de pronúncia. **Doutrinas Essenciais Processo Penal**, São Paulo, v. 4, p. 563-578, jun. 2012.

DÚVIDA RAZOÁVEL 38: STF, pronúncia e *in dubio pro societate*. Entrevistador: Alexandre Morais da Rosa. Entrevistados: Adriano Bretas e Francisco Monteiro Rocha Jr. [S. l.]: EMais Editora, 14 jul. 2020. *Podcast*. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/3AOo9B08u1WvFqKGiaLJvd?si=22_INzvZQ_iZvLPJCe0Oqg. Acesso em: 01 set. 2020.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos. 2007. **O ritual judiciário do tribunal do júri.** (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 10.

GIACOMOLLI, José Nereu; SILVEIRA, Edson Damas da; PRADO, Geraldo; VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Prova Penal:** Estado Democrático de Direito. Rio de Janeiro: Empório do Direito, 2015. p. 13-35.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. Excesso de motivação da pronúncia e modelo acusatório. **Revista Brasileira de Ciências Criminais.** v. 19, p. 303-310, jul-set. /1997.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal.** 8. Ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2020. p. 48, 1469-1470.

LOPES Jr, Aury. **Direito processual penal.** 11 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. *E-book*. p. 55, 143-145, 731-742.

LOPES Jr., Aury; MORAES, Mauricio Zanoide de. Sobre o uso do *standard* probatório no processo penal, **Conjur**, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jul-26/limite-penal-uso-standard-probatorio-processo-penal>. Acesso em: 01 out. 2020.

MATIDA, Janaina Roland. 2009. **O problema da verdade no processo:** a relação entre fato e prova. Dissertação (Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 76.

MIRZA, Flávio. Processo justo: o ônus da prova à luz dos princípios da presunção de inocência e do *in dubio pro reo*. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, v. 5, p 540-559.

NOGUEIRA, Rafael Fecury. 2012. **Pronúncia:** valoração da prova e limites à motivação. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. 244 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado.** 19 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. *E-book*. p. 1700.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri.** 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. *E-book*. p. 62-132.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal.** 15 Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 701-728.

SILVA, Franklyn Roger Alves. **História do tribunal do júri** – origem e evolução no sistema penal brasileiro. Rio de Janeiro, 2005.

STEIN, Ana Carolina Filippon. 2017. **O juízo da pronúncia e seus dilemas probatórios: A (im)possibilidade de coexistência entre indícios suficientes de autoria, presunção de inocência e *in dubio pro societate***. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Universidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. *E-book*. Disponível em:

<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/12141/1/000489321-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 15. jun. 2020. p. 17-58.

STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do júri: símbolos & rituais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001.

TOMBINI, Christian Penido. 2019. **A prova necessária e suficiente para a decisão de pronúncia ante a Constituição Federal**. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. *E-book*. Disponível em:

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/16346/1/000496119-Texto%2bcompleto-0.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020. p. 33-42.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**, v. 1, 32. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 93-94.

ZVEIBIL, D. G. O arbítrio palavreado no processo penal: breve ensaio sobre a pronúncia e o *in dubio pro societate*. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 74, p. 281 - 298, set-out/2008.